

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A Escola Pública e a Competência Escolar:
O Caso do Colégio Culto à Ciência de Campinas**

Adriana Lech Cantuaria

Orientadora Prof. Dra. Ana Maria Fonseca de Almeida

Este exemplar Corresponde à redação final da dissertação defendida por
Adriana Lech Cantuaria e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 29/09/00

Orientadora _____

Comissão Julgadora:

Setembro, 2000

À minha avó, Maninha Lech,
que mesmo sendo *extranha*,
me ensinou a amar Campinas

Para o Fê, Manu e minha mãe.

Agradecimentos

Esse trabalho não teria sido possível sem a orientação de Ana Maria Fonseca de Almeida. Sua competência teórica e objetividade, só não são maiores que sua delicadeza e incansável disponibilidade. A ela, toda a minha gratidão.

Agradeço a Letícia Bicalho Canêdo e Águeda Bernadete Bittencourt pelas valiosas contribuições oferecidas no exame de qualificação, e a Ana Luíza Bustamante Smolka, que guiou meus primeiros passos na vida acadêmica.

Sublinho também especiais agradecimentos:

A Maria Silvia Pinto de Moura L. da Rocha, amiga de sempre, cúmplice intelectual e interlocutora constante, e a Ana Maria F. de Aragão Sadalla pela amizade e incentivo.

A Graziela Serroni Perosa, pelas discussões instigantes e apoio incondicional, a Suzana Barreto Ribeiro, por sua colaboração na coleta e organização do material fotográfico e por sua enorme disponibilidade pessoal e a Iara Rolim pelo carinho e solidariedade: Um trio de amigas de primeira linha.

A Maria Luíza Pinto de Moura, da Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes, a Elizabeth Bonavita, da Biblioteca do Culto à Ciência e a Márcia Panigassi S.Lima, da Biblioteca Central Municipal, por seu enorme auxílio.

A minha irmã, Cristiana Dias Lech de Camargo, pelo fundamental apoio logístico.

Aos amigos do Colégio Terras e Faculdade Prudente de Moraes, de Itú.

Aos ex-alunos e ex-professores do Colégio Culto à Ciência, por sua disponibilidade em conceder entrevistas e fornecer informações.

A Nadir, Marina, Wanda e Gi, que nos orientam quanto aos meandros burocráticos.

Ao CNPQ, pela bolsa de mestrado.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a história do mais tradicional colégio da cidade de Campinas, o Culto à Ciência, buscando particularmente contribuir para a compreensão da maneira como este interagiu com as modificações na organização do ensino brasileiro e com a estrutura social da cidade durante mais de 100 anos.

Trata-se de uma instituição que pela maior parte do tempo ocupou a posição de primazia no espaço escolar da cidade, envolta por uma certa aura mítica que se diluiu, no princípio dos anos 80, quando se incorporou definitivamente ao universo homogeneizado das escolas da rede pública estadual.

A análise relaciona a história do colégio a dois momentos específicos da história de Campinas e do Brasil: o de implantação e consolidação da república, quando a cidade almeja projetar sua imagem no cenário nacional, e o que se seguiu ao milagre econômico, quando Campinas, emergindo como centro industrial e de excelência científica e tecnológica, busca se firmar nacional e mesmo internacionalmente.

As transformações econômicas e sociais e a decorrente alteração nas demandas de escolarização das elites campineiras são os elementos que nos permitem melhor compreender a desvalorização do Culto à Ciência como produtor de competência escolar, o que viria a ser concretizado com as alterações provocadas pela reforma educacional de 1971.

ABSTRACT

This research examines the history of Culto à Ciência, the most traditional school in the city of Campinas, state of São Paulo, Brazil. The primary goal is to understand the effect on this school of changes in both the organization of the Brazilian school system and the city's social structure during a period of over one hundred years.

Culto à Ciência is an academic institution that enjoyed during most of this period the highest reputation in the city. It exhibited a certain mythical aura that gradually dissipated, resulting in its being reduced to just another school in the public educational system.

The analysis developed here relates the history of the school to two significant moments in the history of Campinas and of Brazil: first, the formation and consolidation of the republic, when the city elites tried to be more influential nationally, and second, the period following the so-called economic miracle, when these elites sought to establish Campinas, an emergent industrial center of scientific and technological excellence, as a national and international reference.

It is argued that the social and economic changes in Campinas created the need for a new type of school education for the upper classes, better provided by the private sector. Culto a Ciência could not respond to these new educational needs, and it was abandoned by its traditional clients. Finally, the national school reform of 1971 progressively contributed to put an end to that school's prominence.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
Plano de Trabalho e Procedimentos	08
CAPÍTULO I	
Campinas e a República: A Gênese Social do Colégio Culto à Ciência	10
1. Antecedentes	14
2. Uma cidade para a República	18
3. O espaço escolar campineiro em meados do século XIX	19
4. A Sociedade Culto à Ciência	24
5. Dois projetos e um só grupo: o Colégio Culto à Ciência e a República	26
6. A febre amarela e o deslocamento geográfico do centro da República	35
7. O espaço escolar campineiro no século XX: novas perspectivas	40
CAPÍTULO II	43
O Colégio Culto à Ciência nos Anos Setenta	
1. A nova organização do ensino	45
2. Os efeitos da industrialização	49
3. A constituição de uma oferta de educação “internacional” e “moderna”	52
4. O lugar social do Colégio Estadual Culto à Ciência	57
a) Propriedades sociais do conjunto de alunos	59
b) Anatomia da experiência escolar	62
CONCLUSÃO	69
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXOS	
Pequeno dicionário biográfico	75
Propriedades sociais das famílias dos alunos	85

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 1998, a paisagem urbana de Campinas foi invadida, a princípio timidamente, depois com maior entusiasmo, por um emblema. Presente em carros, sob a forma de adesivos, em faixas e out-doors, era acompanhado a maioria das vezes, por um número de telefone e dizeres lacônicos como “Procura-se” ou “125 anos”.

Este estímulo visual, que pode ter passado despercebido para muitos, com certeza mobilizou a memória e as emoções de várias gerações de campineiros “iniciados”: os ex-alunos do Colégio Culto à Ciência, hoje EEPSG; e levou cerca de 3.000 deles, muitos vindos de outras cidades e estados e alguns até de outros países, a participar da festa comemorativa do aniversário de 125 anos da mais tradicional e uma das mais antigas instituições de ensino da cidade.

Prestigiado pela mídia e contando com a participação de artistas e atores conhecidos de televisão, também ex-alunos, o encontro foi considerado um sucesso. Pessoas bem vestidas circulavam entre as mesas, flashes disparavam e celulares chamavam (tratava-se em geral de ex-alunos impossibilitados de comparecer buscando informações).

As filas eram longas nos computadores colocados à disposição dos participantes para enviar e receber *in loco* mensagens eletrônicas e fotos de colegas ausentes porém conectados ao site oficial da festa durante o evento. Tudo isto constituía o cenário para a efusiva troca de abraços e beijos entre antigos amigos e, porque não, entre antigos desafetos, e para a homenagem respeitosa e compreensiva àqueles simpáticos senhores (professores, inspetores e funcionários) que tanto medo haviam inspirado no passado. A agitação era interrompida apenas pela imobilização temporária de grupos de ex-alunos para as tradicionais fotos de turma.

Essas fotos desencadearam o processo de investigação que resultou nesta dissertação de mestrado.

Yvette Delsaut (1988), em seu artigo “Une photo de classe” mostra que o interesse científico deste tipo de foto não se baseia apenas nas evocações retrospectivas que permite, ou na mobilização nostálgica que favorece. Constituindo-se num objeto

carregado de informações singulares e dissociadas (mesmo quando dizem respeito a um referente bastante específico), a foto de turma se presta a análises empíricas particulares, na medida que retrata um grupo real de pessoas que partilharam de uma mesma experiência escolar durante um período relativamente longo de suas vidas.

Tiradas vários anos depois de término do ensino médio (visto aqui não apenas como um dos ciclos do sistema educacional brasileiro, mas como um momento importante na estruturação da competência necessária para a obtenção de credenciais de acesso às posições sociais mais valorizadas) as fotos de turma da comemoração dos 125 anos do Colégio Culto à Ciência permitem que se interrogue as determinações sociais complexas que definiram a existência e a natureza deste colégio público da cidade de Campinas.

Trata-se aqui de um colégio que foi responsável, durante várias décadas, pela formação escolar dos filhos e filhas de famílias dos grupos altos e médios da região, tendo contribuído de forma significativa para a produção de várias gerações de profissionais liberais: médicos, advogados, promotores, juízes, professores universitários, jornalistas. Entre esses, vários ocuparam posições de expressão nos seus campos de atuação.

Sobre as fotos produzidas no dia da festa, chamou-me particularmente a atenção o fato de que, no conjunto daquelas que retratam as turmas que concluíram o ensino médio nesse colégio, decresce progressivamente ao longo do tempo o número de ex-alunos presentes, chegando até à ausência total de representantes nas turmas mais recentes. Uma análise dessa particularidade que leve em conta a cronologia das modificações no sistema de ensino brasileiro a partir da década de quarenta mostra que a diminuição de ex-alunos se verifica especialmente nas turmas contemporâneas à implantação total da reforma educacional de 71, tornando-se mais aguda ano a ano. Seria essa ausência de certos ex-alunos um testemunho de sua frustração frente à incapacidade do estado em atender às expectativas dos grupos sociais que passaram a utilizar a escola pública nas suas estratégias de inserção social a partir da década de setenta?

Essa pergunta estruturou uma pesquisa que pretende contribuir para a compreensão da maneira como esse colégio interagiu com as modificações na

organização do ensino brasileiro e com a estrutura social da cidade de Campinas nesse período.

O trabalho toma uma das fotos de turma como ponto de partida: aquela que retrata os formandos de 1976. Os cerca de 45 ex-alunos retratados na comemoração (representando aproximadamente 15% do total de formandos daquele ano) portam óculos escuros idênticos, vestem-se mais ou menos da mesma forma e apresentam no peito adesivos distribuídos por uma representante da turma nos quais se lê: “Eu amo 76”. Tudo isso parece transmitir uma idéia de identidade de grupo, de coesão, de adesão.

Na foto, eles estão posicionados lado a lado em 3 níveis de maneira aparentemente aleatória, o que não denuncia os parentescos e os laços antigos de amizade que unem vários entre eles (estimulados por amizade entre as famílias, frequência do mesmo clube, vizinhança, etc.).

Uma pequena parcela veste a camiseta comemorativa do evento, fornecida no ato de inscrição, duas pessoas portam réplicas do uniforme escolar, mas a grande maioria usa roupas esportivas, sendo freqüentes os emblemas de marcas famosas. Alguns poucos portam trajes mais sociais e jóias e bijoux brilhantes. Este retrato nos apresenta um grupo sorridente de pessoas que, aparentemente, partilha de uma condição sócio-econômica privilegiada.

Tal impressão se articula perfeitamente com a crença construída e mantida pelo Colégio Culto à Ciência durante seus primeiros cem anos de existência, segundo a qual o colégio ocuparia a primazia na formação daqueles que são chamados a ocupar posições dirigentes na cidade e mesmo no estado.

Essa foto, analisada em relação às fotos que retratam as turmas mais recentes, marcadas sobretudo pela ausência dos ex-alunos, parece testemunhar a mudança do lugar social do Colégio Culto à Ciência. Sabemos, no entanto, que esse estabelecimento, fundado por e para representantes das “mais ilustres famílias de Campinas”, nos termos das crônicas da época e das monografias sobre a história da cidade e do colégio produzidas pelos historiadores locais, manteve-se bastante preservado durante grande parte de sua história, garantindo a várias gerações uma escolarização bem semelhante a dos seus pais e avós.

Porém, a trajetória escolar dos formandos de 76 se dá em um período de transformações importantes, que vão afetar profundamente a posição ocupada pelo Culto à Ciência no espaço escolar da cidade.

Acompanhando o crescimento econômico vivido pelo país, ocorre nos anos 70 um grande movimento de expansão industrial em Campinas e região que se traduz num expressivo crescimento populacional. O surto de industrialização trouxe profundas alterações no espaço urbano da cidade. Aparecem novos bairros, dos mais nobres aos mais populares, e se acrescenta à paisagem urbana um elemento muito pouco conhecido até então: as favelas. As antigas vilas operárias transformam-se em redutos da classe média, que procura cada vez mais se distanciar dos bairros mais centrais tomados pelo comércio.

Ainda nessa dimensão das transformações, outro fenômeno que define uma nova configuração da cidade é a erradicação das propriedades rurais mais próximas ao centro urbano, que passam a ser loteadas pela iniciativa privada para atender ao novo mercado imobiliário que vem se formando nessa década.

As alterações na estrutura física são reflexo das transformações do espaço econômico e social de Campinas que acabam por impor uma mudança da clientela do colégio. As famílias que chegam na cidade atraídas pelos novos postos de trabalho buscam no colégio uma escolarização de qualidade para seus filhos. Esses passam a competir com os tradicionais clientes nos rigorosos exames de seleção, muitas vezes em prejuízo desses últimos. Além disso, são admitidos também, mas por transferência simples, filhos de militares¹, amigos ou familiares de políticos ou personalidades de expressão. Dessa maneira, os alunos “de fora”, denominados de “extranhos” nas atas dos anos 30 e 40, passam a constituir uma parcela significativa do alunado.

¹ Campinas constitui-se um importante centro de referência militar: além de sede do 28º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada), do 2º BELOG (Batalhão de Logística) e de Companias de Comando e Comunicação, aqui está instalada uma das mais conceituadas instituições de formação militar do país, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, cujos diplomas dão acesso quase automático à Academia Militar de Agulhas Negras. O afluxo de professores e oficiais para a ampliação dos quadros dessas corporações na época era grande, e uma das prerrogativas da categoria era ter garantido o direito de vaga para seus dependentes em qualquer instituição de ensino.

Começa a ser implantada, também na década de 70, a reforma do sistema educacional, determinada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971. O funcionamento do Colégio vai sofrendo modificações paulatinas, não sem resistência dos professores, das famílias e de alguns políticos, até que a reforma é efetivada totalmente em 77.

A Lei de Diretrizes e Bases impôs ao Culto à Ciência modificações importantes nos exames de seleção para ingresso ao curso ginasial e colegial; dos seus critérios tradicionais de hierarquização por desempenho; das normas consolidadas de avaliação. Além disso, a nova Lei impôs modificações na maneira como eram recrutados os professores e no currículo do ensino médio, até então bastante abrangente, com ênfase especial em ciências. O ensino técnico profissionalizante viria ocupar o seu lugar, num primeiro momento, e se transformaria, por sua vez, no que ficou conhecido por “ênfase profissionalizante”.

A turma de 1976 foi a última a prestar o exame de seleção para o colegial nos moldes em vigor antes da reforma do ensino. A ela foi garantido, por isso, seu direito de cursar o currículo antigo, embora já nesse ano tenha sido criada uma classe de 3º ano para habilitação técnica em “Turismo”, preenchida por alguns alunos do colégio e outros admitidos pelos novos critérios (zoneamento, parentesco, etc.).

Apenas estes dados já seriam suficientes, de acordo com muitos especialistas e observadores interessados, para tornar a turma de 76 uma referência simbólica da mudança de posição do Colégio Culto à Ciência na hierarquia escolar da cidade. De fato, é praticamente impossível deixar de estabelecer uma relação de causa e efeito entre as disposições da Reforma e a dissolução da antiga imagem do colégio². Trata-se, a meu ver, de uma precipitação equivocada, por demasiado simplista, já que a análise das características sociais dos alunos a partir da década de sessenta fornece indícios de que o lugar ocupado pelo Culto à Ciência no espaço escolar de Campinas vinha sofrendo alterações há tempos, na medida em que se alterava a estrutura física, social e econômica da cidade.

² Esta, aliás, é a idéia que subsidia as ações do Projeto 2000, desenvolvido pela Sociedade dos Amigos do Colégio Culto à Ciência.

O interesse particular em tomar essa turma de alunos do Colégio Culto à Ciência como ponto de partida do estudo reside exatamente no fato de que, podendo ser considerada um marco do início da transformação institucional que se seguiu, suas características (composição social dos alunos) e a experiência escolar a que foi submetida (tipo de professores e forma de organização do trabalho pedagógico), evidencia, ao contrário, um processo de transformação que testemunhava contundentemente a retirada da escola pública da missão de produzir a competência escolar necessária, já naquele momento, para o acesso às posições superiores num mercado de trabalho que se expandia e se complexificava.

Para compreender essas transformações, no entanto, é preciso recuperar o processo que permitiu a essa escola ocupar uma posição de destaque no espaço escolar campineiro. Por sua vez, tal processo não pode ser compreendido sem se levar em conta as condições especiais em que foi criado o colégio, particularmente, as propriedades sociais de seus fundadores. No caso do Culto à Ciência, essas propriedades não se restringem ao montante de capital econômico e social dessas pessoas e das famílias que dele se utilizaram, que por si só já lhe garantiriam o status de escola de elite, mas também ao fato de que a origem e história do colégio se vinculam estreitamente às origens e ao desenvolvimento de um movimento político que tinha entre os fundadores do colégio alguns de seus mais importantes militantes: o Movimento Republicano.

Entender o Culto à Ciência, assim, implica considerar o espaço simbólico ocupado pelo colégio nos projetos pessoais e políticos dos republicanos de Campinas, preocupados com a divulgação e consolidação da imagem do grupo e da cidade num cenário mais amplo, nacional.

A vinculação com esse grupo é o elemento que garantiria ao colégio a consubstanciação de uma certa aura mítica, consolidada a partir da Proclamação da República e particularmente, a partir da grande importância política alcançada por vários de seus fundadores.

Essa aura acompanha o colégio ao longo de mais de um século e apóia com eficácia a sua ambição de impor-se como espaço de produção da competência escolar em Campinas. Em conseqüência, compreender as modificações por que passa o colégio nos

anos setenta do século XX implica indagar sobre as condições sociais que permitiram a dissolução dessa aura.

Em linhas gerais, essa é a história que esse trabalho pretende recuperar.

Plano do trabalho e procedimentos

O texto do trabalho foi dividido em três partes. O primeiro capítulo se dedica a recuperar as lutas e tensões presentes na fundação do Colégio Culto à Ciência. Focalizando a história da República e estudando o espaço escolar e social da cidade de Campinas, o objetivo dessa seção é recuperar elementos que possam ajudar a entender o processo de construção da imagem do colégio como um colégio forte, destinado a formar aqueles que são chamados a ocupar posições dirigentes. As informações que fundamentaram essa análise foram retiradas de documentos encontrados nos arquivos da escola e da cidade (atas da fundação, relatórios de matrícula, artigos de jornais, entre outros), de trabalhos de historiadores locais, e das poucas teses e dissertações disponíveis.

O segundo capítulo aborda o momento em que se tornam mais visíveis as fortes modificações por que vai passar o colégio. Focalizo ali a história do Brasil em pleno milagre econômico e procuro vincular as transformações sofridas pelo colégio às modificações dos espaços econômico, social e escolar da cidade no período. Recupero, particularmente, a posição de Campinas no cenário nacional e a configuração que se impõe para o sistema de ensino nessa época. Além das fontes secundárias, muitos dos dados apresentados foram colhidos nos arquivos do colégio (lista de matrículas dos alunos, diários de classe, etc.), em entrevistas e em folhetos de propaganda.

Com esse trabalho, procuro mostrar que a análise das modificações por que passou o Colégio Culto à Ciência de Campinas pode ser uma contribuição significativa para a compreensão de processos sociais fundamentais que atravessaram a sociedade brasileira nesse último século. Trata-se de um ponto de vista que atribui às monografias de colégio um lugar importante nos estudos sobre a sociedade brasileira e ao qual espero converter o leitor com esse texto.

Para finalizar, é importante dizer que o fator determinante do percurso seguido por este trabalho foi minha memória. Tendo nascido em Campinas, muitas foram as histórias que ouvi, de parentes e até de contemporâneos de personagens aqui tratados, o

que de várias formas auxiliou o meu trabalho. Além disso, também eu fui aluna, da turma de 76, do Colégio Culto à Ciência.

CAPÍTULO I

Campinas e a República: gênese social do Colégio Culto à Ciência

"Campinas, terra de simpatia, de lealdade e singeleza! Terra das velhas amizades sólidas, de funda solidariedade entre parentes e amigos.

Terra de alegria despreocupada, de animação natural na mocidade, e também na velhice, que pendia para acompanhar os moços na boa jovialidade em suas festas e folias, tão espontâneas quanto atraentes. Basófias, diziam dos campineiros, mas basófia folgazã e ingênua, que levava a alguns, diziam na época, a aumentar no papel a sua produção de café, embora aumentasse também o imposto a pagar para a construção do seu majestoso templo, Matriz-Nova. Terra em que prestavam à arte culto sincero, pois protegiam e festejavam seus poetas, seus músicos, seus pintores, que se distinguiram uns, e se celebrizaram outros. Terra de religiosidade moderada em outros tempos, mas que hoje acompanha de perto cidades mais dadas às devoções do culto externo; mas foram sempre notáveis as solenidades com que honravam as cerimônias das principais comemorações da nossa religião, e que altamente sugestionava a muitos, dos quais chegaram alguns a se elevar, ocupando cargos de alta dignidade no sólio episcopal do país pelo talento e pelas virtudes. Terra de inteligências que na arte, na advocacia, na medicina, na agricultura e na política apresentaram vultos acatados em nosso país. Se não apresentou Campinas muitos tipos de esforçados bandeirantes, foi porque era muito jovem e não alcançou o tempo das bandeiras, no seu auge, porém sempre apresentou alguns conhecidos e corre nas veias de muitos campineiros o sangue de ilustres bandeirantes ituanos. Foi baluarte das grandes plantações de cana e sobretudo, das primeiras de café."

Assim começam as "Reminiscências de Campinas" escritas por Vitalina Pompêo de Sousa Queiróz (1951). Mistura de relato histórico e crônica social, com forte matiz afetivo, suas memórias abrem caminho para a elaboração de uma imagem da Campinas dos últimos anos do Império bem como um perfil de suas elites, suas características e motivações, delineando cenário e atores envolvidos no projeto de fundação do Colégio Culto à Ciência. Diferente de uma abordagem acadêmica do tema, a perspectiva de análise da autora, membro de uma das famílias mais antigas e influentes da época e unida

por casamento a outra família de igual tradição, possibilita a identificação de alguns aspectos importantes na estruturação econômica e social da fração dirigente da cidade³.

As fraturas e articulações entre grupos distintos, concretizadas pelo uso de estratégias eficientes de diferenciação e reprodução social são intuídas por ela com total cumplicidade: vistos como práticas de sociabilidade, bastante estimulada entre as famílias mais abastadas, a estruturação e controle das alianças se materializam em sentimentos como amizade e solidariedade entre elementos dos grupos dirigentes e em reuniões onde as novas gerações iniciam e fortalecem suas relações (sob o olhar atento dos mais velhos), compartilhando animação festiva e amor às artes.

A imagem de Campinas que suas elites buscavam construir, portanto, envolvia esses elementos de forma bem complexa. Ao leitor do final do século XX, resta indagar pelos efeitos que se esperava produzir por meio de evocações que celebram a alma campineira nos termos da autora.

A referência ufanista aos feitos e conquistas dos filhos da terra, que pode ser entendida como tentativa de legitimar e consolidar, por propriedades culturais, a hegemonia de Campinas sobre outras cidades da Província adquire maior relevância se colocada em relação à dificuldade de utilização do “mito de bandeirante” na construção de sua identidade, ou até a existência de um certo “ressentimento” pelo fato de Campinas não mais ocupar a posição central no Estado de São Paulo.

Segundo a historiadora Raquel Glezer (1992), até à República a província de São Paulo ocupava, em relação ao poder central, posição periférica. O papel de destaque na vida econômica e política que a província passa a exercer, após a expansão cafeeira, levou intelectuais paulistas a buscar na sua história elementos que justificassem o novo poderio, articulando passado e presente, num processo que se assemelha àquele que Hobsbawn (1998) tratou como “invenção da tradição”. Na falta de comprovantes materiais de um passado colonial e imperial glorioso, o destaque recaiu sobre o bandeirantismo, visto como movimento de conhecimento do território, de expansão e de

³ Neste ano de 1951, Castro Mendes incentivou a família da autora, já falecida, a imprimir suas reminiscências elaboradas, pelo que se depreende da apresentação escrita por ele, na década de 1920. Este texto foi anexado, a título introdutório, em alguns exemplares de sua obra *Retratos da Velha Campinas*.

criação de novas áreas de povoamento. O processo de formação do território é então identificado ao processo de formação de identidade nacional, justificando a hegemonia do estado no final do século XIX, uma inclusão apoiada na figura idealizada do bandeirante desbravador e que persiste até hoje, segundo a autora, no mito do paulista empreendedor.

Se esse processo pode ser visto como uma luta travada pelas elites paulistas para se imporem no cenário nacional, o texto de Vitalina Pompêo de Souza Queiroz denuncia as fraturas internas a esse grupo, indicando que a percepção da cidade de São Paulo como símbolo da província teria sido construída às expensas de pelo menos outra cidade: Campinas.

De fato, se tomamos o destaque econômico de Campinas na época e o importante papel desempenhado por alguns de seus elementos na articulação do movimento republicano e, posteriormente na Primeira República⁴, principalmente se comparado à situação da cidade de São Paulo no mesmo período, somos levados a refletir sobre os processos que transferiram para essa última a proeminência nacional.

O texto de Vitalina, assim, é o depoimento precioso de alguém que assistiu a esses deslocamentos e tem que negociar para sua cidade e, logo para o seu grupo social de origem, um lugar importante na história da nação, mas a partir das instâncias de legitimação impostas pelos grupos concorrentes vencedores da luta.

No momento em que esse texto é escrito, portanto, os grupos dirigentes campineiros são levados a reconhecer a sua exclusão do núcleo bandeirante, já que a relação histórica da cidade com o bandeirantismo se restringe à figura de Barreto Leme, considerado seu fundador, e a alguns descendentes de bandeirantes, unidos a campineiros por casamento, e a frisar os elementos que tradicionalmente foram usados para apresentar Campinas como símbolo da república: as realizações culturais e artísticas, mais refinadas, dos campineiros, os laços que os uniam, numa exaltação da solidariedade que, em certos círculos, seria traduzido como bairrismo.

⁴ Refiro-me aqui aos campineiros pertencentes ao grupo conhecido como “republicanos históricos” constituído por figuras importantes na estruturação do Partido Republicano e na difusão de seu ideário em vários pontos do país. Alguns deles ocuparam também posição de destaque na Primeira República. Seus nomes, presentes durante o texto, assim como os de outros envolvidos na história do Colégio, quando acompanhados de asterisco, remetem a uma referência biográfica apresentada em anexo.

A referência feita pela autora às contribuições culturais, políticas e econômicas da cidade ao país, apesar da inexistência de “vultos” bandeirantes, evidenciaria, então, os elementos internalizados desta identidade construída, pelo menos pelos grupos privilegiados, em um determinado momento histórico. Por outro lado, a crença na vocação de Campinas para “cidade modelo”, que tanto orgulhou seus cidadãos durante este século, e que de alguma forma persiste até hoje, apoia o conhecido “bairrismo” campineiro, mostrando que essas representações foram internalizadas e reproduzidas por vários segmentos de sua estrutura social⁵.

A fundação do Colégio Culto à Ciência foi uma das ferramentas usadas por esse grupo na construção dessa imagem de Campinas como cidade modelo, símbolo da república. Ela fez parte de um conjunto de inúmeras realizações concretas. A exemplo de seus antepassados, as frações dirigentes da segunda metade do século passado filtravam relações e organizavam-se corporativamente, materializando em feitos as alianças bem sucedidas, ampliando e reproduzindo seu poder político e econômico.

1 - Antecedentes

Segundo o historiador Celso Maria de Melo Pupo (1983), a própria atividade produtiva responsável pelo grande desenvolvimento da cidade em seu primeiro século de existência, a agricultura extensiva, primeiro de cana de açúcar e posteriormente de café, foi viabilizada a partir destas alianças⁶.

⁵ O bairrismo aqui referido se relaciona ao sentimento de pertencimento à cidade e o decorrente orgulho por suas qualidades. Sempre foi visto aqui como um sentimento construtivo, não como demonstração de provincianismo: “O campinense é proverbialmente conhecido pelo seu bairrismo e é por isso muitas vezes criticado e censurado por aqueles que desconhecem os motivos inspiradores de tal sentimento.

Forçoso é reconhecer que foi graças a esse bairrismo que Campinas se tornou uma cidade conhecida em todo o país pelo seu adiantamento e cultura e ainda pela benéfica influência social e política que seus filhos sempre exerceram no panorama nacional.

Disse-o certa ocasião o nosso eminente conterrâneo dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, antigo chefe do Estado e da Nação:

Sem jactância podemos afirmar que é do influxo desse sentimento que os filhos de Campinas tem feito sentir a influência de sua ação vigorosa e fecunda, não só na obra do engrandecimento do Estado paulista, como também na ampla esfera da vida social da nação brasileira.” Teodoro de Sousa Campos Junior, in Monografia Histórica de Campinas (1952), p.255.

⁶ Melo Pupo é o mais antigo e um dos mais conceituados estudiosos da história de Campinas. Sua extensa obra, de natureza não-acadêmica, vem sendo utilizada como fonte obrigatória em teses e dissertações que abordam aspectos

Até por volta de 1790-95, a freguesia de N. Sra. Da Conceição das Campinas, embora com algumas características urbanas (a Capela e um comércio incipiente), desenvolvia basicamente a agricultura e pecuária de subsistência. O plantio de cereais, fumo, algodão e a criação de alguns animais foi iniciado por seus primeiros povoadores, José de Souza de Siqueira e Barreto Leme (mais tarde considerado seu fundador) por volta de 1740, sendo a produção excedente trocada ou vendida a viajantes que por aí passavam.

Da população, parte significativa era composta por familiares, amigos e admiradores do bandeirante taubateano Barreto Leme, atraídos pela fertilidade da terra da região e pelos bons resultados obtidos com a lavoura. Tal excelência de qualidades do solo foi amplamente divulgada por Frei Antônio de Pádua Teixeira, primeiro vigário da freguesia, a seus irmãos, parentes e conhecidos que para aí vieram, postando-se mais tarde entre os pioneiros no cultivo da cana-de-açúcar. Segundo Pupo (1983), o motor da transformação econômica foi o contato habitual entre moradores de Campinas e agricultores de Itú, onde se casaram e onde já dominava a florescente indústria açucareira⁷.

Estes moradores, com a ajuda de ituanos, fizeram das roças de cereais vastas plantações de cana e grandes engenhos, enriquecendo suas famílias e elevando a vila, que se destacou entre as mais prósperas da capitania.

A cultura da cana, entretanto, exigia recursos financeiros para seu início e era por isto inacessível a muitos dos antigos roceiros e primeiros povoadores rurais da freguesia. Terras mudaram para mãos diferentes e poderosas e, reunidas, formaram as primeiras sesmarias cultivadas, em torno de 1790. O direito de propriedade é modificado,

históricos, econômicos e sociais da cidade. A obra referida é *Campinas, município no Império*, publicada pela Imprensa Oficial do Estado S.A, em 1983.

⁷ A fundação da cidade de Itú remonta ao início do século XVII, quando ali se instalou Domingos Fernandes, descendente pelo lado materno de João Ramalho e Tibiriçá. Ponto de partida e passagem de bandeiras, em 1680, já era considerada a vila mais rica e populosa da Capitania de São Paulo. Nesta época é reiniciada a exploração do sertão e os ituanos participam da descoberta das minas de Cuiabá. Os novos recursos permitem a ampliação dos antigos canaviais, a construção de novos engenhos e a compra de escravos, consolidando Itú como referência econômica da região. Ver Zini (1995) e Maia (1995)

passando da precariedade da posse à burocracia das concessões pelo Capitão General da Capitania e aprovação pelo rei anos depois.

O aumento do poder econômico levou os campineiros a almejar uma maior autonomia político-administrativa, já que o controle por parte da Câmara de Jundiá e do governo da Capitania tendia a aumentar na proporção deste desenvolvimento. Unidos, os novos "senhores de terras" ergueram o Pelourinho e iniciaram a construção da Cadeia e do Paço do Conselho, pleiteando a elevação da Freguesia a Vila, o que aconteceu em 1797, deferida pelo recém-empossado governador capitão-general Antônio Manuel de Melo Castro Mendonça.

O criador da assim nomeada Vila de São Carlos passaria, entretanto, seus cinco anos de governo em luta com seus moradores. O motivo da contenda se relacionava à resistência política à nomeação de um protegido seu para o cargo de Capitão-Mor da Vila, ao invés de um conterrâneo escolhido por voto direto. Tal protegido jamais foi empossado, apesar da dissolução de várias Câmaras eleitas e da prisão de seus membros. Esses eventos foram registrados como a primeira luta política em Campinas e são lembrados pelo principal historiador local como a primeira manifestação de resistência corporativa e, aglutinação em torno de interesses comuns do grupo que acabou por se constituir elite dirigente⁸.

A exportação do açúcar projetou o nome da cidade e a riqueza trouxe o fausto, visível nas grandes propriedades que se erguiam e nos estabelecimentos de comércio de artigos importados que surgiam. Adquirindo características definitivamente urbanas e com sua população em expansão, pelo afluxo de pessoas interessadas economicamente neste desenvolvimento, Campinas entrou triunfalmente no século XIX. A cultura da cana continuou prosperando de tal forma que em 1838 o município contava com cerca de 100 moagens ou engenhos, e sua produção estava no apogeu.

O café, contudo, já havia iniciado sua marcha, com as primeiras plantações surgidas alguns anos antes⁹. Os altos ganhos obtidos com as primeiras exportações

⁸ C. M. de Mello Pupo, "A primeira luta política e o primeiro Capitão-Mor de Campinas" in *Monografia Histórica de Campinas*, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

⁹ Teodoro de Sousa Campos Jr., "A cultura do café", in M.H.C, IBGE, 1952.

determinaram a substituição paulatina, porém ininterrupta, da cultura da cana pela de café de forma que, em 1860, existiam 189 fazendas de café e restavam apenas 22 dos engenhos de antigamente¹⁰.

Esta alternativa econômica em expansão possibilitou uma maior diversificação na organização do trabalho, fazendo crescer ainda mais o número de casas comerciais, as ofertas de serviços e surgir as primeiras indústrias de pequeno porte (a maioria voltada para o beneficiamento do café).

Como consequência deste desenvolvimento, ocorreram também mudanças na dinâmica da vida social urbana. O deslocamento das famílias dos engenhos e fazendas para a cidade possibilitou uma maior proximidade entre elas e viabilizou um outro tipo de interação, uma maior organização das elites campineiras, que se aglutinavam em torno dos mais diversos empreendimentos e em vários tipos de associações, ligadas a seus interesses¹¹.

À sua influência econômica, objetivada em inúmeras obras e melhorias na cidade, somava-se agora a ambição de ampliação da esfera de atuação política. A vida política em Campinas até então se baseara na alternância no poder de representantes de poucas famílias: Teixeira-Nogueira (família do primeiro vigário da freguesia) e Camargo, ligadas ao Partido Liberal, e Andrade (do primeiro capitão-mor da Vila, que conseguiu força política por alianças matrimoniais com um ramo dos Camargo) ligada ao Partido Conservador, e seus respectivos aliados. Segundo Mello Pupo (1983), entretanto, esta oposição era apenas pró-forma, já que os interesses que os uniam sobrepujavam as idéias que os separavam.

2 - Uma cidade para a república

O panorama era diverso, contudo, por volta de 1869, ano do surgimento da Sociedade Culto à Ciência. No cenário nacional, a crise política de 1868, provocada pela

¹⁰ C. M. de Mello Pupo, "Campinas, seu berço e juventude", Publicação da Academia Campinense de Letras, no. 20, Campinas, 1969, p.144.

¹¹ Como exemplo destes empreendimentos é importante citar a Cia. Campineira de Iluminação a Gás, a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital de Morféticos, bem como o Clube de Bailes, estes últimos viabilizados por subscrição popular. Para defender seus interesses, fundaram a Associação dos Lavradores e o Clube da Lavoura, além da Loja Maçônica Independência, centro de articulação republicana. Ver Moraes (1981), Paula (1946) e Barreto (1994).

derrubada do Gabinete e governo liberais para dar lugar aos conservadores, acirrava ainda mais a cisão entre liberais moderados e radicais, que descontentes com as manipulações conduzidas pelo Poder Moderador, defendiam sua extinção bem como a descentralização e aumento da representação política das províncias, além da ampliação do direito de voto, entre outras coisas. Ao mesmo tempo, foi surgindo a convicção, entre grupos sociais diversos como as oligarquias agrárias e as camadas médias urbanas principalmente de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul, profundamente interessadas nestas reformas, que nenhuma transformação poderia acontecer enquanto vigorasse o regime monárquico. Nascia assim o movimento republicano.

O movimento republicano, que se organizava aos poucos, a partir de núcleos mais ou menos isolados no sul do país¹², encontrou entre os campineiros alguns de seus principais militantes e articuladores. Considerados "republicanos históricos", nomes como Manuel Ferraz de Campos Salles*, Francisco Quirino dos Santos*, Américo Brasiliense de Almeida Mello*, Jorge Ludgero de Cerqueira Miranda*, Alberto Salles* e outros, que figurariam entre os mais importantes representantes do futuro Partido Republicano Paulista, foram difusores competentes do ideário e executores incansáveis dos projetos republicanos em Campinas, vinculando estreitamente o nome da cidade ao movimento republicano nacional.

Agricultores¹³, muitos deles bacharéis formados pela Faculdade de Direito de São Paulo (onde havia intensa difusão de idéias republicanas e tendências liberais) e maçons, estes homens exerceram enorme militância política: organizavam-se através da Maçonaria e fundaram jornais, *A Gazeta de Campinas* e, posteriormente *A Província de São Paulo*, para veiculação do debate político; além de criarem e comporem a direção dos clubes e associações culturais, criaram escolas noturnas para alfabetização de adultos (para trabalhadores livres e escravos); organizaram a Associação de Lavradores com o objetivo explícito de conscientizá-los da defesa de seus interesses de classe e convencer

¹² Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Grijalbo, São Paulo, 1977. Ver também Boris Fausto, *História do Brasil*, Edusp-FDE, SP, 2000.

¹³ Neste texto, em diversos momentos são utilizados os termos agricultor e lavrador. Ambos designavam, na época tratada, os proprietários de terras. Optei por mantê-los apenas por questão de estilo.

os mais desavisados dos problemas econômicos a serem enfrentados e da necessidade de substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Através do Clube da Lavoura reivindicaram do governo imperial a criação de escolas agrícolas, consideradas necessárias à formação de pessoal qualificado para a lavoura. Além destes empreendimentos, idealizaram e fundaram o Colégio Culto à Ciência¹⁴.

3 – O espaço escolar campineiro em meados do século XIX

A cidade de Campinas em 1869 era uma cidade em franco desenvolvimento. Como mostra Carmen Moraes (1981), o Almanaque para o ano 1870, comentado na Gazeta de 13/11/1870, estima a população da cidade em cerca de 10.000 pessoas e a do município em 30.000 (entre cidadãos livres, escravos e colonos estrangeiros), acrescentando algumas particularidades: havia 7 irmandades religiosas (sendo que uma delas contava com mais de 860 irmãos e as outras 6 com mais de mil, 8 sociedades de dança, 2 dramáticas, 1 carnavalesca, 2 de caridade, 4 de instrução e leitura (residindo a maioria dos sócios na cidade). O comércio compunha-se de 70 lojas de fazenda e ferragens, 160 molhados e tavernas, 10 comissões, depósitos, etc. Eram 330 os lavradores de café, açúcar e algodão, sendo que a maior parte frequentava a cidade e a maioria nela tinha seus filhos.

Nas escolas públicas e particulares da cidade estavam matriculados 570 alunos e 130 nas rurais (é importante lembrar que nesta época, muitos filhos de famílias abastadas estudavam em internatos da capital e da região, principalmente no Colégio São João do Lageado de Sorocaba, bem como outros, principalmente as meninas, eram educados em casa, por preceptores contratados para este fim).

Segundo João Lourenço Rodrigues (1952), estes 570 alunos se distribuíam em 4 escolas primárias de instrução pública (as chamadas escolas régias), alguns externatos particulares para ensino elementar (sendo o mais importante o do professor Malaquias

¹⁴ Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, *O Ideário Republicano e a Educação: O Colégio Culto à Ciência de Campinas-1869 a 1892*, Tese de Doutorado, FE-USP, 1981, p. 01.

Ghirlanda) e 4 instituições particulares que funcionavam também em regime de internato para ensino elementar e preparatório, um destinado ao sexo masculino, dois ao feminino e um misto-

A primeira destas instituições a surgir em Campinas foi o Colégio Perseverança ou "Cesarino", para meninas, criado em 1860 e dirigido por suas fundadoras D. Bernardina e D. Amância Cesarino. Ensinava a ler, escrever, contar, gramática nacional e francesa, geografia, música e todas as prendas domésticas. Aparentemente, a família proprietária do colégio era de origem humilde e desprovida de posses. Em solenidade de formatura, 12 anos após sua fundação, entre vários notáveis presentes, Campos Salles proferiu discurso em que, após demonstrar “a importância da difusão das ‘luzes’ e o poder da força de vontade na conquista dos mais aproveitáveis intentos” , cita o exemplo do Colégio Perseverança, "dirigido por uma família que no seio das contrariedades da pobreza, soube educar-se e elevar-se à nobre missão de preceptora da mocidade"¹⁵. Em 1876, Antônio F. M. Cesarino declara que será “irremediavelmente obrigado a por fim à modesta carreira de seu estabelecimento”¹⁶.

Em 1862, João Batista Pupo de Moraes cria um internato para meninos na fazenda do Laranjal, onde atualmente é o distrito de Joaquim Egídio. Chamava-se Colégio S. João Batista e seu programa era: ler, escrever e contar, gramática francesa, latim, geometria, geografia e doutrina cristã. Possuía duas classes, num total de 30 alunos, e contava com diversos professores. Foi considerado um dos melhores do seu tempo e nele cursaram humanidades Cândido Ferreira de Camargo*, Francisco Teixeira, Bento Quirino, Bernardino de Campos*, Campos Salles e outros. Este colégio fechou suas portas quando começou a funcionar o Culto à Ciência (Rodrigues, 1952: 398).

Durante o ano de 1863, foram criadas outras duas escolas, ambas ligadas de uma forma ou outra à ocorrência de grande imigração de alemães para o município de Campinas, iniciada antes da metade do século XIX, sendo uma parcela significativa com o objetivo principal de substituir a mão de obra escrava na lavoura (Rodrigues, id., ib.).

¹⁵ A Gazeta de Campinas, 29/12/1872 in Moraes (1981), *op. cit.*, p.61

¹⁶ Mais tarde, o neto de Antônio Cezarino seria o primeiro aluno negro do Colégio Culto à Ciência. Sobre sua história ver Irene M. Ferreira Barbosa, *Enfrentando preconceitos*, Centro de Memória-UNICAMP, 1997.

O mesmo autor nota a fundação de outro colégio, o Florence, em 3 de Novembro deste ano, fundado e dirigido por D. Carolina Florence, destinado ao ensino de meninas. D. Carolina era alemã, mas fez seus estudos na Suíça. De volta ao seu país, encontrou seu pai, Henrique Krug, e sua mãe de malas prontas para o Brasil, onde já residia seu irmão mais velho, Jorge Krug (mais tarde membro da diretoria do Culto à Ciência). Instalou-se também em Campinas, em 1852 e dois anos depois casou-se com Hércules Florence, viúvo e com diversos filhos de seu primeiro casamento, vivendo em sua pequena fazenda nas imediações por oito anos. Com o aparecimento de seus primeiros filhos, muda-se para a cidade para melhor cuidar de sua educação e acaba criando seu próprio colégio, instalado em um grande prédio à rua das Flores, hoje José Paulino. Enfrentando sérias dificuldades (contava no início com apenas 7 alunas), conseguiu transformar o Florence numa instituição de grande prestígio. Segundo afirmam os historiadores locais, em seu quadro constavam os melhores professores de Campinas na época, que ensinavam a ler, escrever e contar, gramática nacional, francesa, inglesa e alemã, geografia, história pátria, aritmética e geometria, desenho, música, doutrina cristã e prendas domésticas. Em 1889 o Colégio Florence é fechado, criando uma lacuna na educação das meninas pertencente às elites campineiras:

A outra instituição de ensino criada em 1863 foi a Escola Alemã. Segundo conta João Lourenço Rodrigues (1952), a numerosa colônia alemã radicada em Campinas organizou-se primeiramente em torno de uma associação cultural, a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura, fundada pelos seguintes membros da colônia: Antônio Exel, Jorge Krug, Francisco Krug, Cristiano Mayer e outros. A proposta da Sociedade, de propagação da cultura e moral evangélicas acabou derivando na abertura da escola, para ambos os sexos e aberta a alunos de outras nacionalidades, que tinha como programa ensinar a ler, escrever e contar, gramática nacional e alemã, geografia, aritmética, geometria e moral evangélica. A Escola Alemã mudou seu nome para Escola Rio Branco em 1931, quando veio a fundir-se com a Nova Escola Alemã, da família Zink, e funciona até os dias de hoje, localizada atualmente no distrito de Barão Geraldo.

Num momento (1872) em que a Sociedade Culto à Ciência começava a se tornar realidade, mas que a criação do seu colégio ainda não se concretizara, surgiu na cidade uma outra escola de elite, o Colégio Internacional, capaz, a princípio de atender às expectativas de uma parte das famílias dirigentes, membros da própria agremiação.

Em 1869, chegaram a Campinas dois ministros protestantes com o projeto de fundar um grande colégio, para jovens de ambos os sexos, e um seminário presbiteriano. Eram eles os americanos George Nash Morton e Edward E. Lane. Bem recebidos pelos campineiros, construíram o prédio e iniciaram as atividades do colégio, dirigido pelo Dr. Morton, sendo que o seminário, sob reponsabilidade do Dr. Lane, começou a funcionar apenas três anos mais tarde. O Colégio Internacional utilizava uma metodologia de ensino bastante original para a época: tinha, para o secundário, um programa muito parecido com os antigos ginásio e colégio e não se limitava a preparar os alunos para o sucesso nos exames do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo.

Em seu currículo constavam disciplinas como Doutrina Cristã, Matemática, Aritmética, Geometria, Álgebra, Geografia Política e Física, Química Inorgânica, Orgânica e Animal, História Pátria, Universal e Natural, Caligrafia, Ginástica, Retórica, Desenho, Línguas Antigas: leitura e composição (latim e grego), Línguas Modernas: gramática, leitura, composição e conversação (francês, alemão, inglês e português).

Entre seus alunos estiveram Júlio Mesquita, Carlos Gomes, Gabriel Prestes, René Barreto e Paulo Morais Barros, fazendo parte de seu corpo docente Francisco Rangel Pestana* (também ex-professor do Colégio Florence), grande admirador da orientação de seu diretor como mostra João Lourenço Rodrigues (1952).

Ao que parece, esta admiração, aliás, era compartilhada pelos republicanos da diretoria da Sociedade Culto à Ciência: seu porta-voz, Francisco Quirino dos Santos*, redator da Gazeta, em diversas ocasiões, teceu elogios rasgados à performance dos alunos nas festas do Colégio, salientando principalmente o desenvolvimento de suas habilidades de oratória.

O Colégio Internacional surgiu num momento em que o desenvolvimento econômico era baseado, quase exclusivamente, na produção e exportação de café, mas também em que as necessidades dos cafeicultores e o investimento do capital acumulado

impulsionavam a industrialização do município. Fábricas de máquinas para a lavoura com fundição de ferro e bronze, fábricas de cerveja, gelo, sabão, chapéus, curtumes, marcenaria e carpintaria a vapor e outras de menor monta surgiram, amparadas principalmente nos conhecimentos e mão-de-obra de imigrantes estrangeiros, principalmente alemães¹⁷. À ampliação das perspectivas econômicas deveria corresponder uma formação mais cosmopolita.

A proposta pedagógica de formação "universal" oferecida pelo Internacional (fechado em 1879), parece, entretanto, não ter logrado grande ressonância entre as famílias da cidade, já que que o interesse prioritário das famílias privilegiadas continuava a ser o preparatório para ingresso na Faculdade de Direito, como indicam as listas de alunos submetidos a estes exames apresentadas por Carlos Francisco de Paula (1946).

Como mostra Carmen Moraes (1981), a experiência acadêmica, sobretudo na Faculdade de Direito de São Paulo, era um aspecto importante do processo de estruturação da vida social dos elementos oriundos dos grupos ligados às oligarquias agrárias, principalmente à cafeeira. Atuando como verdadeiros representantes dos cafeicultores na cidade, os bacharéis ligados por interesses e parentesco a esta fração da sociedade, tinham, durante sua formação, a possibilidade de conviver com seus pares, criando uma certa cumplicidade ideológica e um tipo de união características deste tipo de vivência.

Além de não oferecer uma formação preparatória, o fato de tratar-se de uma escola confessional, presbiteriana, e portanto não condizente com as convicções das elites republicanas pode ter sido decisivo para a debandada de alunos que se verificou a partir da criação do Culto à Ciência (Rodrigues, 1952)

Se o espaço escolar da cidade de Campinas apresentado até aqui parece pouco diversificado, ele não era entretanto, distoante do das cidades mais importantes da província de São Paulo ou de outras províncias. O que teria levado, então, um grupo de pessoas pertencentes às camadas dominantes, naquele momento e naquele contexto, a se movimentar para criar um novo colégio?

¹⁷ Silvino Godói, "A indústria em Campinas", in *Monografia Histórica de Campinas*, 1952

4. A Sociedade Culto à Ciência

Conta-nos um dos historiadores do Colégio Culto à Ciência, Carlos Francisco de Paula (1946), que partiu do agricultor Antônio Pompêo de Camargo*, no início de 1869, a idéia da criação, em Campinas, de uma instituição de ensino capaz de modelar seus alunos sob um tríplice aspecto: intelectual, moral e físico. A proposta era viável em função da Lei no. 54, de 13 de Abril de 1868 e de seu respectivo regulamento, de 17 de Abril do mesmo ano, que instituía a liberdade do ensino primário e secundário e a desoficialização do secundário¹⁸ e foi encampada por outros conterrâneos, que rapidamente organizaram em grupo com o objetivo de concretizar a idéia. Constituíam este grupo fazendeiros, industriais, comerciantes e alguns graduados pelas academias, que tornaram públicas suas intenções pelo seguinte manifesto, em 06/02/1869:

"Convencidos de quanto é sensível nesta cidade a falta de um estabelecimento que se destine ao ensino no primário e secundário, regularmente montado, de modo a poder realizar com o aperfeiçoamento possível a educação moral e intelectual dos alunos; convencidos de que esta falta, dificultando a educação dos filhos deste município, embaraça de modo extraordinário o seu progresso moral, e assim neutraliza os grandes elementos de prosperidade que já possui; convencidos, finalmente, de que já é tempo de providenciar decisivamente sobre uma tão palpitante quanto urgente necessidade, tem os abaixo assinados, para o fim de fazer edificar ou reconstruir um prédio com as acomodações especiais para o referido estabelecimento de ensino, se associado nas condições abaixo descritas:" Das seis condições aceitas, as mais importantes foram as seguintes: a) Nomear-se uma diretoria com o encargo de mandar construir ou reedificar um

¹⁸ Moraes, op. Cit., p.47. A referida lei instituía a liberdade de exercício do ensino primário e secundário e desobrigava o governo da Província de São Paulo da manutenção de estabelecimentos de ensino secundário. É importante aqui comentar que a liberdade de ensino era um ponto importante do programa dos Liberais Radicais bem como seria, mais tarde, uma reivindicação dos republicanos.

prédio que pudesse obter por compra. b) O prédio regularmente montado deveria ser entregue por aluguel a indivíduo de reconhecida capacidade para direção do ensino. c) Cada sócio contribuiria com a quota de quinhentos cruzeiros ou mais, se lhe aprouvesse. Dia 19/05/1869 este manifesto foi apresentado e discutido em reunião no Paço Municipal, com numerosa presença de representantes das famílias mais importantes, sendo aprovados os pontos principais, reduzindo-se apenas a quota sugerida de quinhentos cruzeiros para vinte e cinco, não sendo aceitos sócios com menos de cinco quotas.”¹⁹

Na mesma reunião foi constituída uma comissão formada por Jorge de Miranda*, Manuel Ferraz de Campos Salles* e Cândido Ferreira da Silva Camargo* para elaborar os estatutos da nova Sociedade, sendo eleita também uma diretoria provisória formada por: Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral (depois Visconde de Indaiatuba)*, Comendador Joaquim Egídio de Sousa Aranha (depois Barão de Três Rios)*, Francisco Quirino dos Santos*, Dr. Jorge Guilherme Henrique Krug* (membro também da Sociedade Alemã de Instrução e Leitura, responsável pela criação da Escola Alemã) e Antônio Pompeu de Camargo*, que representavam a Sociedade em seus negócios.

Assim constituída, a primeira diretoria da Sociedade Culto à Ciência era bastante representativa das elites dirigentes de Campinas. Composta majoritariamente por senhores de terras, alguns deles bacharéis, incluía também representantes dos grupos médios urbanos, inclusive um estrangeiro, o Dr. Jorge Krug. Demonstrava também uma certa cautela com relação às tendências e ímpeto político de seus membros: ao lado de jovens que advindos das fileiras liberais radicais militavam agora, intensamente, no movimento republicano, estavam figuras de prestígio da oligarquia local, moderados, alguns agraciados com os títulos de nobreza fornecidos em larga escala pelo Imperador. Em comum, reivindicavam o aumento do poder político e um melhor tratamento por parte

¹⁹ Carlos Francisco Paula, “Culto à Ciência: Colégio, Ginásio e Colégio Estadual”, *Monografia Histórica*, Campinas, 1946, p.8.

do Imperio para a Província de São Paulo, de cuja imagem, para eles, Campinas era indissociável.

5 – Dois projetos e um só grupo: o Colégio Culto à Ciência e a República

Findos os procedimentos burocráticos e iniciada a execução do projeto, não foram poucas as dificuldades enfrentadas pela diretoria. Após adquirida a chácara pertencente ao tenente Antônio Rodrigues de Almeida, situada na antiga Rua Alegre, foi suspenso, por alguns anos, o início da construção do prédio. Vários fatores parecem ter concorrido para isto: o término das obras da Ferrovia Paulista fez elevarem-se muito os preços dos materiais e a mão-de-obra na região, elevando as propostas de orçamento dos construtores a patamares impensáveis para a sociedade naquele momento. Além disto, enormes geadas ocorridas em 1870-71 acarretaram grandes prejuízos à lavoura do país, refletidos, naturalmente, em um município agrícola como Campinas e no capital da maioria dos sócios do Culto à Ciência.

É provável que tenha concorrido também para este atraso a intensa atividade política dos principais membros da Sociedade, desencadeada pela publicação, a 03/12/1870 no jornal “A República” do Rio de Janeiro, do Manifesto Republicano²⁰.

Rompendo definitivamente seus laços com o Partido Liberal e com o Império, cabia aos partidários do republicanismo construir as bases para a existência do novo partido. Foi fundado o Clube Republicano de Campinas, centro de extensivos debates e planejamento de estratégias, sendo dada grande atenção por parte da diretoria do Clube, que também compunha a diretoria da Sociedade Culto à Ciência, à construção da imagem do Movimento e do futuro Partido Republicano. Enquanto o jovem jornal “A Gazeta de Campinas” _ sua fundação data do final de 1869 _, na pessoa de Francisco Quirino dos Santos, se dedicava a divulgar o ideário e a conduzir o debate em torno das propostas

²⁰ Como mostra Boris Fausto (2000), a iniciativa de elaboração deste Manifesto proveio de elementos pertencentes às camadas médias urbanas, em sua maioria profissionais liberais. Entre seus 53 signatários consta apenas um fazendeiro. Isto talvez explique a agitação que se seguiu entre os cafeicultores paulistas, interessados em tomar as rédeas do movimento. Segundo biógrafos de Américo Brasiliense, ele teria colaborado em sua elaboração embora seu nome não esteja incluído entre os signatários do documento, como pude verificar no Museu Republicano de Itú.

republicanas, os demais representantes do Clube se empenhavam em prestigiar qualquer acontecimento importante, principalmente os relacionados à sobreposição da iniciativa particular sobre a oficial e os de cunho cultural, de saraus a cerimônias de formatura²¹. Além de atrelar sua imagem ao progresso econômico e cultural da cidade, tais rituais e feitos que se seguiram (construção de escolas, criação de clubes literários, etc) consolidariam a imagem de uma Campinas não apenas próspera mas também desenvolvida nas esferas educacional e artística, aspecto importante na consecução dos projetos políticos de alguns desses homens²².

Enquanto tomavam as primeiras providências de articulação partidária, a atenção dos republicanos volta-se também para a solução das dificuldades financeiras da Sociedade.

Como mostra Carmen Moraes (1981), uma possível fonte de receita teve que ser descartada, aparentemente em função do rigoroso controle sobre os bens da Sociedade exercido pela diretoria, como previsto nos estatutos. Em Dezembro de 1872, foi contratado para dirigir o Colégio, inicialmente em local provisório, um experiente diretor, Fernando Boeschenstein, de reconhecida atuação na cidade de Araraquara, onde era proprietário do Colégio Ipiranga. O funcionamento do colégio propiciaria a entrada de capital de outras fontes (jóias e pensões), facilitando a amortização das contas relativas a execução do projeto.

O minucioso sistema de prestação de contas e controle dos gastos exigidos pelo Regulamento, além de inviabilizar esta iniciativa, parece ter também desencorajado o diretor, que desistiu do cargo dois meses após a inauguração do colégio, em 1874. O mesmo quase aconteceu, aliás, com Jorge Krug, que exercendo, sem remuneração, a função de guarda-livros, declarou-se incapaz de atender às exigências, que, segundo ele, se equiparavam às de uma grande casa comercial.

Nesta ocasião, a própria diretoria se encontrava insatisfeita com a excessiva preocupação com os bens materiais da Sociedade que se depreendia dos estatutos e

²¹ Sobre a importância dos rituais na prática política ver Leticia Canêdo (1999).

²² Sobre a movimentação dos republicanos nessa época ver os arquivos de “A Gazeta de Campinas”, que compõem o acervo do Centro de Ciências, Letras e Artes.

manifestou o seu repúdio à uma eventual imagem de "Mercadores da educação" na Assembléia Geral de 14/12/1873: Mantendo os dispositivos que garantiam o controle administrativo, e decorrentemente político-pedagógico pela sociedade, foi retirado o artigo que garantia aos acionistas um dividendo de até 6% do rendimento obtido, perdendo os sócios o direito a qualquer ganho de capital.

Foi também acrescido um artigo que previa, em caso de dissolução da Sociedade, a doação de seus bens à municipalidade, que seria obrigada a reverter seus rendimentos à instrução.

Mesmo com todos os percalços, a 13/04/1873 foi assentada a pedra fundamental do edifício, apenas cinco dias antes da Convenção de Itú, a primeira tentativa concreta de centralizar os dispersos núcleos republicanos sob a direção dos cafeicultores do Oeste Paulista²³.

Construído por Guilherme Krug, o prédio do colégio foi inaugurado em ato solene em 12/01/1874, concretizando as intenções explicitadas no Manifesto da Sociedade.

O grande investimento econômico e pessoal na consecução do projeto de fundação do Culto à Ciência, por parte dos membros da Sociedade, indica, contudo, que a lacuna a ser preenchida era a de uma escola muito mais específica do que a caracterizada neste documento. Parece claro que estes representantes da elite econômica e social de Campinas, capazes, em termos econômicos, de proporcionar educação a seus filhos em um grande número de estabelecimentos tanto no país quanto no exterior, ao investirem em um empreendimento sem retorno monetário algum, o fizessem movidos por interesses e concepções coerentes com a posição social que ocupavam, articulando este fato a um conjunto de realizações econômicas e políticas particulares. Assumindo-se como partidários dos ideais republicanos, os idealizadores do Culto à Ciência buscavam um

²³ Presentes em Itú, os membros da Sociedade Culto à Ciência colaboraram na definição da linha de ação e da posição a ser defendida no Congresso Republicano, objetivamente federalista e reticente quanto à escravidão, que concretizaria a criação e a feição do Partido Republicano Paulista, ainda em 1873. Ver Fausto (2000).

novo sistema de governo, reivindicavam liberdade individual para alcançar o progresso e demonstravam sua força firmando o poder da iniciativa particular frente ao poder público. Utilizando-se dessas prerrogativas na concretização do projeto de um colégio, um “templo do saber”, elemento por si só detentor de uma mística particular, estes homens, mais ou menos conscientemente, estavam trabalhando para criar um símbolo²⁴.

Preocupando-se também com a veiculação e reprodução de sua visão de mundo e, detentores dos recursos materiais e simbólicos necessários, esses homens criaram uma escola que formasse as novas gerações da elite dirigente de Campinas, enquanto a maioria dos pais de família tinha e tem que se haver com as escolas existentes, podendo, no máximo, negociar com elas alguns dos elementos que compõem a escolarização oferecida.

A influência política e a supremacia econômica exigiam um tipo de formação condizente com as condições objetivas de vida. O espaço ocupado pela educação no projeto republicano não se restringe, entretanto, a uma camada social específica. Era claro para o PRP que uma república não se sustenta sem educação gratuita e obrigatória para todos, fazendo uma estreita relação entre instrução e cidadania. Na análise de Carmem Sylvia Vidigal Moraes (1981:221), os benefícios da instrução tal como propalados pelo grupo se inscreveriam em três planos articulados, com objetivos cada vez mais amplos: "O primeiro plano consiste em erradicar a ignorância pela difusão da instrução em benefício do adiantamento moral e intelectual do povo. O segundo, de finalidade mais restrita e prática, busca encaminhar os cidadãos às diversas profissões. O terceiro, de cunho nitidamente político, relaciona instrução à criação da opinião pública, abrindo ao indivíduo caminho para a razão e para o conhecimento perfeito da importância de sua liberdade como cidadão."

As críticas dos liberais republicanos de Campinas às instituições monárquicas de modo geral, e às ligadas à educação de modo específico, seguiam-se ações no espaço educacional que visavam impor e explicitar essas diferenças, corporificando as intenções políticas explícitas do grupo. Assim, os idealizadores do Culto à Ciência atuaram

²⁴ Sobre o valor simbólico das escolas no projeto republicano ver Uhle (1998).

maciçamente sobre o espaço escolar da cidade: fundaram várias escolas primárias gratuitas, que funcionavam nas igrejas e lojas maçônicas, criaram classes noturnas de alfabetização de adultos, divulgavam pela imprensa os feitos e solenidades das instituições escolares existentes (como foi dito anteriormente, o mais importante jornal de Campinas, na época, a Gazeta, era de orientação republicana), prestigiavam com sua presença diversas apresentações e formaturas, fossem elas em escolas públicas, particulares ou ligadas a associações de imigrantes. A Sociedade Culto à Ciência, entretanto, não era composta apenas por partidários do ideal republicano, mas também por pessoas que provavelmente aderiram à idéia em função de outros projetos pessoais e familiares.

Se a produção de agentes sociais aptos para ocupar as posições às quais se destinam envolve a ação associada de instituições escolares e famílias, não é possível considerar como mera coincidência as características sociais e culturais comuns entre os membros da diretoria da Sociedade Culto à Ciência e o perfil de elite dirigente que a organização econômica da cidade e, por que não, do estado e do país, demandavam naquele momento. Em sua grande maioria, a diretoria da Sociedade era composta por fazendeiros (alguns pertencendo a famílias com tradição neste ramo de atividade e outros que a ela se dedicaram após a academia, adquirindo fazendas ou casando com mulheres que as possuíam por herança), bacharéis (formados na mesma turma ou em turmas contemporâneas), maçons e republicanos, não restando dúvidas quanto à ligação do colégio a grupos sociais bastante específicos.

Já a inserção desta iniciativa de criar o colégio em um projeto político mais amplo pode ser claramente apreendida do discurso proferido por Campos Salles na cerimônia de fundação do Colégio:

"Senhores. Em presença do fato que hoje solenizamos, quem há que não pressinta através do futuro a grande luz, a luz que ilumina toda a humanidade: o progresso? O cidadão já não se limita a esperar do Estado aquilo que pode fazer por si e que constitui uma indeclinável necessidade sua. Os meios não faltam. Quando a vontade individual não

basta, convoca-se o esforço comum e forma-se a associação para levantar a escola. Se isto não é tudo, pelo menos prenuncia a próxima solução do mais importante problema social, porque significa o despertar da consciência pública. É já muito na verdade quando sentimos que temos sede de instrução. É o sintoma precursor da saúde moral dos povos. Sim, a sociedade caminha, obedece as leis do progresso e já agora vê o verdadeiro ponto de partida para os mais altos destinos no desenvolvimento da razão, na cultura do espírito, esse centro luminoso onde reside por excelência a distinção suprema que caracterizou o ser humano - a corôa da criação. Atesta a história que outrora, quando em tudo e por toda parte as aspirações do homem tinham um limite invencível na bárbara lei do privilégio, a educação intelectual de todo monopolizada era antes um artigo de luxo da classe aristocrática, do que uma necessidade dos povos. A escola era o apanágio exclusivo daqueles que, para garantia de supostos direitos, julgavam necessário avassalar tudo, sobrepujando o espírito, a alma, o cérebro do povo. E ao serviço dos inimigos da humanidade foi posto o braço prepotente do jesuitismo.

Extirpar a ignorância era, pois, combater de um golpe a absurda desigualdade posta pelos preconceitos no seio da sociedade, que assim se achava dividida em duas classes: uma feita para governar e outra para ser governada. Cabeça e braço, motor e máquina, eis como estava constituída a humanidade. Era como uma diferença de rapas. Mas a filosofia moderna, com a lógica inflexível dos seus princípios, triunfa pouco a pouco do preconceito. Um instinto natural desperta no povo a necessidade de reivindicar os direitos usurpados. Trava-se luta gigantesca, opera-se a auspiciosa revolução das idéias e o choque dos interesses opostos entre a aristocracia e a realeza, fez que do velho feudalismo da Inglaterra, nascesse a aurora da liberdade para todas as nações. E se é certo que hoje a necessidade de instrução popular é entre nós um ponto livre de controvérsia, e se é esta a verdade universalmente

proclamada, cumpre, porque o momento urge, fazê-la baixar do realismo doutrinário para a realidade prática. Eu conheço, disse um profundo pensador, uma força maior que todas as forças: é a força do espírito humano quando ele é esclarecido; e uma fraqueza, a mais incurável de todas as fraquezas: a ignorância. Não se espere, pois, indolente pela ação oficial. Que o povo se associe para educar o povo."

Assim, ao que parece, o Colégio Culto à Ciência preencheria duas funções: atender à demanda das famílias dirigentes por uma modalidade específica de formação para seus filhos e ocupar o espaço, na propaganda republicana, de iniciativa exemplar, simbólica, como se o sucesso do colégio fosse prenúncio do sucesso do regime que seus fundadores pretendiam ver implantado²⁵.

Talvez isto explique o controle draconiano que a diretoria da Sociedade continuou a exercer sobre o colégio, mesmo após a sua fundação²⁶.

Após a rescisão do contrato com os professores Fernando Boeschstein e Daniel Uhlmann, no final de Março de 1874, foram contratados como diretor e vice Francisco Moretzsohn e João Bentley, sob responsabilidade da diretoria, que já havia selecionado e admitido o primeiro corpo docente.

Os exames de fim do primeiro ano letivo foram iniciados em 03/12/1874, com a presença da diretoria da Sociedade e do Conselho de Instrução Pública do Distrito, que consideraram o desempenho dos alunos excelente²⁷.

O Colégio contava então com 60 alunos internos, 10 semi-pensionistas e 14 externos, pagando pensões semestrais que variavam de 250\$000 a 60\$000 réis, além das jóias no ato da matrícula que variavam de 50\$000 a 12\$000 réis, para serem habilitados

²⁵ Sobre a utilização de estratégias não-discursivas de divulgação do ideário republicano ver José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, 1991, SP: Cia das Letras

²⁶ Segundo Carmen Moraes (1981), durante o período em que o Colégio pertenceu à Sociedade, a Diretoria exerceu plenamente e em todas as esferas o direito previsto nos estatutos. Sua autonomia na tomada de decisões não se restringia ao aspecto financeiro, mas também administrativo e pedagógico. Isto permitia que, na seleção da equipe de trabalho, fossem considerados, além da competência profissional, interesses pessoais dos membros e tendência política do candidato, por exemplo.

²⁷ Carlos Francisco de Paula, *op. cit.*, p.16.

“em todas as matérias exigidas para matrícula nas academias do país, para o comércio e para a indústria”, conforme descrito no folheto de propaganda da escola.

Em junho de 1876, a diretoria amplia o corpo docente de 6 para 8 professores e em novembro desse ano a primeira turma de alunos do Culto à Ciência submete-se aos exames em São Paulo. Estes exames preparatórios eram parcelados por disciplinas e somente após concluído o Preparatório, com a aprovação em todas as disciplinas, o aluno podia matricular-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Os resultados foram bastante satisfatórios, havendo apenas uma reprovação entre os 21 alunos que prestaram o exame de gramática portuguesa, resultado que foi superado no ano seguinte, quando concluíram o preparatório Júlio César Ferreira de Mesquita e Inácio de Queirós Lacerda (Paula, 1946).

Os bons resultados obtidos pelos alunos do Colégio em toda a sua existência como instituição particular, entretanto, pouco contribuíram para evitar as contínuas crises financeiras que marcam esta fase da história do estabelecimento, além das duas registradas antes mesmo da sua fundação: a primeira, já relatada, atrasou em dois anos o início da construção do prédio e decorrente desta, a segunda, relacionada aos gastos com esta construção.

Conta Carlos Francisco de Paula (1946) que, ao término do empreendimento de edificação e montagem da escola, os gastos chegaram a 70 contos de réis, bastante superior aos 38 contos de que dispunha a Sociedade. Este déficit teria sido suprido integralmente pelo comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, presidente da diretoria, com capital próprio, sem juros e sem prazo de restituição, uma demonstração do poder econômico dos membros fundadores e da importância que atribuíam à sua iniciativa.

Foi também graças às propriedades econômicas e sociais de seus mantenedores que o Culto à Ciência pôde sobreviver às crises que sucederam sua inauguração.

Segundo Moraes (1981), em raras ocasiões as pensões pagas pelos alunos foram suficientes para sustentar a instituição. A porcentagem de alunos gratuitos ou com pensões reduzidas, parentes ou protegidos dos acionistas, era significativa e o número de matrículas oscilava muito de ano para ano, principalmente em função do caráter

parcelado dos exames preparatórios, chegando em algumas ocasiões a ser bastante reduzido. Em 1882, por exemplo o Colégio teria iniciado o ano com apenas dez alunos matriculados²⁸.

Nos momentos de maiores dificuldades, contudo, os membros da Sociedade, principalmente de sua Diretoria, marcavam sua presença. Homens de prestígio e de posses, além das doações em dinheiro e produtos agrícolas que faziam com certa freqüência, exerciam sua influência nas campanhas de levantamento de fundos para o colégio.

A realização de subscrições e de espetáculos beneficentes não foram as únicas alternativas utilizadas para captação de recursos: já em 1875 foi feito um movimento entre os acionistas do Teatro São Carlos de Campinas que resultou na doação, ao Colégio, de ações no valor de quase 3 contos de réis. Um pouco mais tarde, em 1880, a diretoria pediu ao Governo Provincial a extração da loteria em benefício do Culto à Ciência, o que foi concedido e, em 1886, foi criado um imposto municipal de 10 réis sobre os açougues que reverteu ao colégio. Era diretor do Culto à Ciência nesta época, o Dr. Amador Bueno Florence, presidente da Câmara Municipal de Campinas (Moraes, 1981: 304-306). Paralelamente, alunos, diretoria e imprensa preocupavam-se em construir e divulgar a imagem do Colégio entre a população de Campinas e da região, utilizando estratégias que curiosamente parecem ter sido mantidas por um século, como será visto mais para a frente. Naturalmente a intenção não era a de cooptar mais alunos, já que o alto custo do ensino ali ministrado por si só restringia a clientela. Aparentemente o que se buscava era possibilitar a identificação da totalidade da cidade com o colégio e, portanto, com as elites republicanas.

Na tentativa de aproximação entre o colégio e a sociedade, um aspecto importante neste processo, eram estimuladas as visitas de pais e interessados às suas

²⁸ Segundo a autora, este fato se relaciona aos acontecimentos que culminaram com a demissão do diretor Melquiades Trigueiro, que substituiu Francisco Moretzhon, a partir de 1878. O ex-professor da Escola Normal de São Paulo foi acusado, em carta anônima dirigida ao jornal Diário de Campinas, de negligência administrativa, baseada em supostos sumiço de objetos e excesso de faltas de professores e da improvável presença de “pedaços de ratos e outras imundices” na alimentação dos alunos. Inicialmente apoiado pela Sociedade, que temia os efeitos de uma propaganda negativa, o diretor foi demitido em 1881, principalmente em função do excessivo rigor no trato com os alunos e da autonomia que defendia e eventualmente exercia frente ao Regimento Interno e às determinações da Diretoria.

dependências, fosse para assistir às provas públicas ali realizadas fosse para participar dos eventos promovidos. Entre estes eventos estavam incluídas as competições organizadas pelo Clube Atlético, concertos e apresentações da banda de música formada pelos alunos, além das festividades promovidas pelo Clube Literário, sendo que a banda e o grupo de teatro também apresentavam-se fora do colégio.

Cada um destes acontecimentos merecia atenção especial do Diário de Campinas e, principalmente da Gazeta, cujo proprietário bem como todos os colaboradores eram acionistas da Sociedade. Além disso, a Gazeta divulgava fatos do cotidiano da escola e sobre o desempenho dos alunos, notas obtidas no exames em São Paulo, matrículas de ex-alunos nas Academias, etc. (Moraes,1981)

O poder da diretoria de multiplicação de recursos e de matrículas, demonstrado até então, de nada valeu, entretanto, quando a sobrevivência do colégio foi ameaçada pelo primeiro surto de febre amarela, no começo de 1889.

6 – A febre amarela e o deslocamento geográfico do centro da república

Afirma Carlos Francisco de Paula (1946) que, até então, ninguém acreditava que a febre que assolava Santos e São Vicente conseguisse subir a serra. Tampouco deram crédito ao médico Eduardo Guimarães quando este denunciou, em 23/02/1889, o primeiro caso de febre amarela em Campinas. O mal alastrou-se, contudo, rápida e agressivamente pela cidade, levando o Culto à Ciência, com 115 alunos matriculados, a suspender suas atividades dia 09/03/1889.

O impacto do surto de febre amarela sobre a cidade foi de natureza bem mais complexa do que faz crer uma primeira análise. Inúmeras foram as mortes, resultando em um grande número de órfãos e desamparados que necessitavam cuidados. Enorme foi a perda econômica, com o fechamento e deslocamento de casas comerciais e fábricas, além do êxodo de muitas das famílias mais abastadas para outras cidades, principalmente para São Paulo. Igualmente grande foi seu efeito sobre o brio dos campineiros. O sentimento bairrista, hábilmente construído por sua elite dirigente penetrara aos poucos e tomara conta do imaginário da população. Como foi dito anteriormente, para seus habitantes, a imagem de Campinas era indissociável da imagem da Província. Para isso, muito

contribuíram os militantes republicanos, cujo discurso frequentemente continha este tipo de referência, como mostra este trecho proferido por Rangel Pestana:

“ O fato memorável entre nós, da incorporação da Companhia Campineira com capitais próprios, sem recurso às praças estrangeiras, nem mesmo às outras do país, prova que a Província de São Paulo há de, em breve, pesar muito na balança política do Império...” .

A capital, na época, era uma cidade pouco desenvolvida, enquanto Campinas, a “capital da lavoura” progredia a passos largos. Nada mais natural que pleitear seu posto. A vitória do movimento republicano, que tivera entre os campineiros alguns de seus maiores representantes, em 15/11/1889, viabilizaria esta idéia. Os momentos decisivos do movimento e a própria proclamação flagraram entretanto uma cidade destruída, paralizada, tragédia que atingiu inclusive o mais caro de seus símbolos: o Culto à Ciência. Entre muitos campineiros, por muito tempo, perdurou a impressão que a capital havia colhido o que Campinas plantara. As atividades do colégio seriam normalizadas apenas a partir de 09/06/1890.

Havia tomado posse como diretor, em dezembro de 1888, Hipólito Pujol, que reelaborou o Regimento Interno e formulou um novo plano de educação moral, física e intelectual a ser implantado no Colégio. A implantação deste plano, entretanto, teve seu início adiado pelo surto de febre amarela e sua conclusão abortada pela dissolução da Sociedade e o decorrente fechamento do Colégio, em dezembro de 1892 alegando-se uma nova crise financeira.

Esta justificativa se apoia em dados bastante concretos: uma prolongada seca ocorrera nos primeiros anos de 1890, gerando uma grande crise na agricultura e além disto, 1891 transcorreu com o país imerso em um caos econômico sem precedentes, decorrência direta das medidas econômicas que ficaram conhecidas como Encilhamento. Em 17/01/1890 o presidente Deodoro da Fonseca assinou o projeto de reforma econômica elaborado por seu Ministro da Fazenda Rui Barbosa. Seus objetivos incluíam o aumento de recursos colocados à disposição dos agricultores, o estímulo à industrialização e incremento da produção nacional. A principal medida adotada foi promover um aumento

da massa de capital circulante, no momento incompatível com a nova realidade do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes. Foi facultado a alguns bancos a emissão de moeda, visando a expansão do crédito e o aumento dos negócios. O que ocorreu, entretanto foi uma onda especulativa com um forte aumento do custo de vida. A posterior queda do preço das ações foi responsável por inúmeros desastres financeiros (Fausto, 2000).

O poder econômico dos sócios do colégio, entretanto, se apoiava em bases bastante sólidas, e além disso esta poderia ser apenas mais uma das crises superadas com o auxílio da influência econômica e política, agora bastante ampliada, de sua diretoria.

Entretanto em janeiro de 1893, o general Francisco Glicério*, em ofício à Corporação Municipal comunicou a transferência do patrimônio do Culto à Ciência, estimado em 150 contos de réis, bem como as dívidas, no total de 64.487\$000 réis, ao município, solicitando as necessárias providências para a posse do patrimônio.

A hipótese de Moraes (1981), bastante pertinente, é a de que nesse momento, já instaurada a República, as frações oligárquicas em luta com os setores militares começam a sair-se vitoriosas, permitindo a identificação entre o Estado e os grupos dirigentes realizadores do Culto à Ciência. Nada mais natural, portanto que passá-lo às mãos do Estado.

Um outro aspecto importante consiste na dimensão simbólica de tal fato. Francisco Glicério, o último dos grandes chefes políticos a se retirar da Diretoria do colégio, reunia agora condições para a concretização de seu maior feito: a fundação do Partido Republicano Federal. Liderando a câmara dos deputados, o general honorário do Exército tornava-se o “general das 21 brigadas”. O PRF, fundado em Julho de 1893, coordenaria mais tarde a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. O Culto à Ciência cumprira já o seu papel.

Para os grupos privilegiados de Campinas, que ficaram sem seu colégio, não restava dúvidas de que seria instalado na cidade um dos ginásios criados pelo Congresso Estadual de acordo com a Lei nº 88 de 08/09/1892. Apesar dos constantes requerimentos da Câmara Municipal ao governo do estado, entretanto, esse processo se arrastou até

21/06/1894, quando o presidente de São Paulo, Bernardino de Campos* decretou a resolução nº 273, com o seguinte teor:

“Art. 1º _ É autorizado o Governo do Estado a entrar em acôrdo com a Câmara Municipal de Campinas, para o fim de passar à propriedade do Estado o prédio em que funcionou o antigo Colégio Culto à Ciência. Parágrafo único.- O Governo poderá para este fim abrir os créditos necessários” (Paula, 1946).

A necessidade de levantamento e pagamento das dívidas atrasaria ainda mais a transferência de posse, sendo que o decreto de criação do Ginásio datou apenas de 14/03/1895. Ainda este ano foi nomeado o diretor, dr. Mário Bulcão, mas a necessidade de realização de concursos públicos para provimento das cadeiras dos dois primeiros anos do curso protelaria a inauguração até 04/12/1896, quando ocupava a presidência da Província o campineiro Campos Salles.

O Ginásio de Campinas, segundo instituto oficial de ensino secundário fundado pelo estado (o primeiro foi o Ginásio de São Paulo, em 1894), se propunha a fornecer uma formação “fundamental, necessária e suficiente, não só ao bom desempenho dos deveres de cidadão, mas também à matrícula nas academias e obtenção do grau de bacharel em ciências e letras” (Paula, 1946: 40), e em busca desta formação apresentaram-se para os exames de seleção vários candidatos. Uma rápida análise da lista dos candidatos aprovados mostra, pelos nomes de família, que a clientela do novo Ginásio pertencia aos mesmos grupos sociais que se já utilizavam do Culto à Ciência.

Em minha opinião, entretanto, nesse momento surgia um dos elementos mais importantes para a configuração mítica que o colégio assumiria: a possibilidade de identificação com a cidade e a população como um todo. Independentemente do fato de que sua clientela continuasse sendo a mesma, o acesso a seu quadro de alunos, num sentido estritamente liberal, era possível a todos. Agora o Culto à Ciência era O colégio de Campinas.

A construção da imagem de competência do Ginásio de Campinas, entretanto, não se apoiou apenas na sua condição de “herdeiro”, inclusive da clientela, do Culto à Ciência. A julgar pelas informações constantes na “Monografia Histórica” de Carlos F. de Paula (1946), o Estado, formado em boa parte, neste período, pelos membros da antiga diretoria do Colégio, exercia um grande controle quanto à qualidade do ensino ministrado em seus institutos oficiais, continuando portanto a interferir nos rumos do Culto à Ciência.

O parâmetro utilizado era o Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II), cujos programas, organizados trienalmente pela Congregação e aprovados pelo Ministro dos Negócios Interiores da União, regulavam o ensino aqui ministrado. O material didático a ser utilizado era indicado pelos professores de cada disciplina e avaliados pela Congregação, formada apenas pelos “lentes catedráticos”.

O provimento das cadeiras se dava mediante concurso público que envolvia uma prova escrita, com duração de 4 horas, uma prova oral com a argüição recíproca dos candidatos e uma preleção, de no máximo uma hora. Ao que parece, os docentes selecionados para o Ginásio de Campinas eram bastante competentes, havendo entre eles algumas personalidades, como os escritores Coelho Neto e Benedito Sampaio²⁹, e André Perez y Marín (autor de um dos compêndios de matemática mais conhecidos no início do século), e outros que encerraram suas carreiras nas academias ou em altos postos da máquina estatal.

A equiparação do Ginásio de Campinas ao Ginásio Nacional, pelo Decreto nº 3928/1901, do Ministério dos Negócios do Interior da União, foi o elemento que faltava na construção da imagem de excelência do colégio. Por este decreto, seus diplomas davam acesso automático a qualquer das Academias do país. Ocupava na época o cargo de fiscal desse Ministério o ex-aluno Antônio Alvares Lobo, coordenador de todo o

²⁹ Coelho Neto não foi o primeiro escritor de renome a exercer as funções de professor no Culto à Ciência. Antes dele, ainda na primeira fase do colégio, Júlio Ribeiro ocupara a cadeira de Literatura, desligando-se em 1882. Segundo Paula (1946), Coelho Neto, respondendo à saudação feita por ocasião de sua posse, a 17/08/1901, “agradecia à sua boa estrela ter vindo estabelecer a sua tenda de trabalho nesta terra, onde encontrara aqueles dois elementos, que no dizer de Taine, se tornam imprescindíveis à existência; um meio físico exuberante e uma corporação científica ilustre como o Ginásio de Campinas” p.49. Benedito Sampaio escreveu vários livros sendo o mais importante sua “Gramática Portuguesa”, premiada pela Academia Brasileira de Letras.

processo de transferência do colégio para o município e posteriormente para a Província, e agora responsável pelo parecer que possibilitaria a equiparação. O decreto foi assinado pelo Presidente da República Campos Sales.

Os republicanos campineiros não haviam se esquecido do símbolo que tanto contribuíra para a divulgação de sua cidade, de sua imagem e de suas idéias. Com a equiparação do Ginásio de Campinas ao Ginásio Nacional, Campos Sales simbolicamente equiparava Campinas à capital da Nação.

7- O espaço escolar campineiro no século XX : novas perspectivas

A interferência dos dirigentes republicanos no espaço escolar da cidade pode até ter sido mais intensa, mas não se restringiu ao período da propaganda. Graças a mais um esforço conjunto, Campinas entraria no século XX contando com mais uma alternativa para a escolarização de suas elites: o Colégio Progresso Campineiro.

Como foi mencionado anteriormente, o fechamento do Colégio Florence, em 1889, significou uma grande perda, no tocante à escolarização das filhas das “boas famílias” campineiras. A opção disponível era o colégio das freiras francesas de Itú, que vinha atendendo à demanda pela educação feminina de elite desde então.

A hipótese de uma educação religiosa para suas filhas, entretanto era inviável para uma fração dos grupos dirigentes da cidade, composto por republicanos, positivistas e muitos deles, ateus confessos. Além disso, a educação ministrada em casa por preceptores contratados não incluía a exposição e “consagração” pública proporcionada pelos exames, cerimônias de formatura e demais rituais escolares, um aspecto importante da vida em sociedade na época. Pelo menos para um dos fundadores do Progresso, entretanto, esse tipo de demonstração de sucesso parece ter tido um significado especial³⁰.

Conta Uhle (1998), que partiu do fazendeiro e político Orosimbo Maia, a idéia de criação de um colégio feminino em Campinas. Republicano estreitamente ligado a Francisco Glicério e Moraes Salles, Orosimbo Maia era um político sem cacife. Sua

³⁰ Ver Águeda B.B Uhle, “Orosimbo Maia: cultura e política no final do século XIX”, *Pro-Posições*, vol 09, n.1 [25], F.E., UNICAMP.

origem social era em nada semelhante à dos demais homens públicos de sua geração, nem em termos econômicos nem em termos culturais, embora tenha conseguido fazer uma grande fortuna pessoal. A criação do Colégio Progresso, portanto, além de preencher uma lacuna específica do espaço escolar da cidade pode ser vista como uma eficiente estratégia de marketing pessoal de Orozimbo Maia.

Tal foi o sucesso da associação do colégio com a sua pessoa que, do grupo de cinco fazendeiros composto por Antônio Álvaro de Souza Camargo, Luiz de Campos Salles, Artur Leite de Barros e Joaquim Álvaro de Souza Camargo, apenas Maia é lembrado como fundador da escola.

A menção ao Colégio Progresso, fundado em 08/10/1900 não se destina apenas a permitir a melhor caracterização do espaço da educação de elite em Campinas. A relevância se relaciona ao fato de que esse colégio oferecia um tipo de formação bastante diferente da oferecida tradicionalmente pelas “escolas de moças”.

Sua estrutura curricular, bem mais ampla e com maior ênfase nas disciplinas da área de ciências exatas e naturais, se aproximava da adotada pelos ginásios oficiais, significando novas perspectivas de formação e inserção feminina no espaço social. Essa possibilidade não tardou a se concretizar, já que de seu quadro de alunas saíram três das quatro primeiras moças a matricularem-se no Ginásio de Campinas, no final de 1909. Foram elas: Valentina Lapa Penteado, Maria Izabel do Amaral Martins e Marina Maia (filha de Orozimbo), além de Laura Corrêa de Mello, natural de Avaré. Essas moças cursaram apenas o 6º ano, concluindo o bacharelato. A primeira turma de moças a cursar todo o ginásial graduou-se em 1914.

Não foram poucas as transformações no espaço econômico e social da cidade e do país na primeira metade do século XX. De uma forma ou de outra, no entanto, o colégio continuou sendo “a” escola dos dirigentes campineiros. Não surpreende, portanto que, justamente no ano em que a o colégio comemorou seus cinquenta anos de existência como instituição oficial, a associação de ex-alunos tenha pleiteado oficialmente a volta à antiga denominação de sua origem. Em 01/07/1947 o Ginásio de Campinas passa a ser denominado Colégio Estadual Culto à Ciência.

CAPÍTULO II

O Colégio Culto à Ciência nos Anos Setenta

No início da década de setenta o Culto à Ciência consistia ainda numa opção interessante para a educação dos jovens pertencentes aos grupos mais privilegiados campineiros.

Com seu prédio amarelo, sombreado por árvores imensas e patinado por quase cem anos de história, o colégio, cenário da formação de várias gerações das elites campineiras, possuía uma grande força simbólica, sendo considerado destino natural dos filhos de muitas das famílias destes grupos, que viam no colégio um espaço de socialização suficientemente protegido. Além disto, o colégio era percebido como lugar de uma formação eficaz, apoiado na imagem de colégio “forte”, corroborada pelas trajetórias bem sucedidas de vários de seus ex-alunos. Além dos conhecidos Santos Dumont, Júlio Mesquita e Guilherme de Almeida e de inúmeros profissionais liberais e empresários de destaque, saíram dos quadros do Culto à Ciência, durante o século XX, pelo menos sete ex-prefeitos de Campinas, três reitores da PUCCAMP, um vice-governador, vários secretários de Estado, diplomatas, desembargadores, artistas e cientistas, estes ligados em sua maior parte ao Instituto Agrônomo e à USP³¹.

Um outro fator que concorria para a manutenção dessa imagem era a rotina de realização de concorridos exames de seleção e de rígidas avaliações ao final de cada ano, conferindo um caráter meritocrático à carreira dos alunos e valorizando os diplomas obtidos³².

O Colégio Culto à Ciência, no entanto, não seduzia homogeneamente todas as famílias dominantes da cidade. Nessa época, o espaço escolar de Campinas era bastante diversificado e atendia de forma diferenciada os diversos setores desses grupos. A análise

³¹ Numa monografia sobre o colégio, Affonso e Pinto (1986) cita a título de exemplo os prefeitos Perseu Leite de Barros, Antônio Mendonça de Barros, Heitor Teixeira Penteado, Francisco Amaral; os reitores Benedito J. Barreto Fonseca, Heitor Regina, Eduardo J. Pereira Coelho; o secretário de estado da Agricultura, Gilberto Dupas; os atores, atriz e apresentadores de televisão Carlos Zara, Airton Rodrigues, Regina Duarte, Walter Foster, Fausto Silva.

³² Existiam, na época, alguns cursinhos preparatórios para os exames de seleção do Culto à Ciência, sendo o mais conhecido o São Tomás de Aquino, de propriedade da prof. Maria Benedita Santoro que, juntamente com suas filhas, também ministrava aulas particulares para alunos que seriam submetidos aos exames de 2a. época. Localizava-se à R. Pedro Magalhães, no Cambuí, e funcionava com turmas de cerca de 25 alunos. Os exames de seleção a que me refiro aqui constituíam uma prática interna do Colégio desde sua transformação em Ginásio Estadual. De caráter classificatório e eliminatório, eram abertos à população em geral. Posteriormente, a Reforma instituiu para toda a Rede exames classificatórios para a distribuição de alunos entre as escolas disponíveis. O processo de inscrição e escolha de vagas, entretanto, estava submetido aos critérios de zoneamento.

do fluxo de alunos entre os vários colégios permite afirmar que apenas uma parcela dos grupos que tradicionalmente vinham se utilizando do Culto à Ciência ainda disputava seu espaço.

A formação gratuita ali oferecida, por outro lado, parecia atender às expectativas das famílias de muitos outros grupos sociais, consistindo uma opção viável a partir de investimentos pessoais, independentemente do montante de capital econômico acumulado por essas famílias. Como consequência, ocorre uma alteração na configuração do alunado, que passa a ter como característica a diversidade social.

A partir desse período, porém, percebe-se que as famílias dos grupos dirigentes passam a se afastar do colégio de forma decisiva. Na memória dos ex-alunos e ex-professores, isso está irremediavelmente ligado à reforma do ensino advinda com a LDB de 1971, cujos efeitos sobre o colégio teriam sido sentidos de forma paulatina ao longo da década.

1. A nova organização do ensino

Em 1975, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo empenhava-se em fazer cumprir as diretrizes de um novo projeto de reforma do ensino público.

Tendo como objetivos declarados a inserção da escola na comunidade, a democratização real do ensino e o desestímulo à preferência por determinados estabelecimentos, o plano previa a redistribuição da rede física escolar, adaptando-a às necessidades da demanda, principalmente ao nível do primeiro grau, além do remanejamento de alunos segundo o critério de zoneamento. A intenção, segundo o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira, era “neutralizar as chamadas *escolas de prestígio*, principalmente nos municípios do Interior, onde servem de orgulho e motivação política, provocando ao mesmo tempo uma discriminação em detrimento de áreas prioritárias”³³.

³³ Palavras proferidas em encontro com prefeitos de municípios da Grande São Paulo e publicadas no artigo “Campinas defende o ‘Culto à Ciência’, O Estado de São Paulo”, 02/11/1975.

Eram raras as instituições deste tipo, entre os antigos Ginásios do Estado e Escolas Normais, e entre elas figurava o Colégio Culto à Ciência, símbolo de competência no espaço escolar de Campinas. Ao determinar a extinção do curso ginásial e dos exames de admissão dirigidos para a população em geral, transformando o colégio em escola de segundo grau, reservada aos moradores da região da cidade onde está situado, a reforma, mais do que romper com uma tradição centenária, representaria, para alguns grupos sociais, a anulação da crença na excelência desse estabelecimento, fortemente alimentada, até então, pelo destino escolar e social de uma proporção importante de ex-alunos. Destino esse que era visto, por esses grupos, como uma demonstração da superioridade intelectual dos que ali se formavam. Contra isto reagiu uma parcela significativa da sociedade campineira.

Foram criadas comissões de professores, de pais e de ex-alunos, numa tentativa de sensibilizar as autoridades, os jornais da cidade, e alguns da capital, posicionaram-se em defesa do colégio e a Câmara Municipal emitiu protestos oficiais, numa mobilização aparentemente bem sucedida.

A Secretaria da Educação decidiu preservar o caráter unitário do Culto à Ciência, benefício estendido à outras escolas da Rede, mas, em contrapartida, a instituição deveria se organizar para oferecer ensino de 1ª a 4ª séries e disponibilizar as vagas remanescentes (não preenchidas pelos seus alunos de 5ª a 8ª séries e do 2º grau) segundo as diretrizes do remanejamento, isto é, para os moradores do bairro, como aliás já vinha sendo feito desde o ano anterior. Além disso, a escola perderia a capacidade preservada até então de recrutar seus próprios professores, sendo incluída, a partir daí na mesma lógica que regia a contratação de professores da rede pública no estado de São Paulo.

Concretamente, essas modificações administrativas significavam, no que diz respeito, por um lado, ao alunado, que a escola passaria por uma possível e provável mudança das características sociais da sua clientela, na medida que seria obrigada a abandonar a prerrogativa da seleção de alunos a partir de uma demanda municipal e mesmo regional ou estadual para se restringir aos filhos das famílias moradoras da região da cidade que circundava o colégio.

As novas normas impunham, na verdade, a exclusão dos filhos dos grupos mais privilegiados do colégio, na medida que esses haviam há muito abandonado essa região (que sofrera uma desvalorização social importante desde a época de construção do prédio em meados do século XIX), construindo suas casas em outras regiões da cidade.

No que diz respeito ao recrutamento de professores, por outro lado, a equiparação do colégio às outras escolas públicas que compunham a rede oficial significava transformar radicalmente as condições do contrato de trabalho vigentes até então. No antigo regime, era garantido à direção da escola escolher os professores que julgasse mais qualificados. De acordo com as novas regras, os professores do colégio deveriam ser recrutados entre aqueles que desenvolviam uma carreira na rede oficial, iniciada por um concurso público. Na prática, o colégio tornou-se o ponto final das poucas carreiras consideradas bem sucedidas que, iniciadas em escolas públicas menos conceituadas, e depois de um longo percurso por várias escolas da rede, eram «agraciadas» com um cargo no Culto à Ciência. Isso significou afugentar os profissionais que não consideravam interessante submeter-se ao regime de trabalho da rede pública. Objetivamente, essas modificações afastaram os professores mais considerados do colégio, progressivamente atraídos pelas melhores condições de trabalho oferecidas por escolas privadas como o Notre Dame, Pio XII, PUCCamp e pela recém criada Universidade Estadual de Campinas.³⁴

No discurso dos ex-alunos, ex-professores e famílias de alunos que testemunharam esse processo, estas medidas teriam sido a causa direta da desvalorização da formação oferecida pelo colégio e o conseqüente êxodo das famílias privilegiadas, que passaram a ver no segmento privado a única opção viável de escolarização para seus filhos. Em pouco tempo o colégio deixaria de ser visto como espaço de produção da excelência escolar e se diluiria no conjunto homogêneo das escolas públicas de

³⁴ Em entrevista realizada em Fevereiro de 2000, um ex-professor de Português do colégio atribui a dissolução de seu corpo docente a dois fatores: o fim da autonomia, e a decorrente submissão dos professores aos critérios oficiais de ingresso e remoção, e a mudança do perfil da clientela. Segundo ele, depois da reforma, os professores mais novos na Rede Pública foram obrigados a retornar a suas escolas de origem e os não concursados, a permanecer apenas na rede privada. Os mais antigos se aposentaram ou terminaram suas carreiras em escolas menores, “menos complicadas”. Este processo teria sido agravado, segundo sua opinião, depois da transferência, para a Divisão de Ensino, do antigo diretor Telêmaco Paioli Melges, fazendo com que muitos dessem novos rumos às suas carreiras.

Campinas, percebidas como ineficazes na tarefa de garantir uma escolarização de boa qualidade a seus alunos.

Invertia-se assim, em Campinas, uma lógica octogenária, que conectava determinadas trajetórias escolares bem sucedidas à passagem pelo ensino público, e que subsistia ainda, apoiada basicamente na imagem de excelência, socialmente compartilhada, de apenas uma instituição.

No entanto, é preciso notar que uma rápida leitura de qualquer compêndio sobre a história da educação no Brasil³⁵ mostra que essa foi apenas mais uma, das muitas reformas educacionais com as quais teve que se haver o Culto à Ciência durante este século. Estas, se chegaram ou não a alterar substancialmente a estrutura administrativa e pedagógica da instituição, em nada afetaram sua posição de primazia no espaço escolar da cidade. Por que então os efeitos dessa reforma particular teriam sido tão decisivos para a retirada do Colégio do quadro das melhores escolas e sua posterior inserção no universo indiferenciado das escolas da Rede Pública?

Para se compreender a dissolução da imagem do colégio e, *a fortiori*, a sua mudança de lugar na hierarquia escolar campineira é necessário ir além da identificação das medidas administrativas que o afetaram no bojo da publicação da LDB/71 e relacionar as modificações sofridas por ele às mudanças que ocorriam nos espaços econômico e social de Campinas na mesma época. Com isso, estudar as mudanças por que passou o Culto à Ciência naquele período significa analisar também os conflitos e tensões que costumam acompanhar a implementação de uma legislação específica e que contribuem em boa parte para definir os seus efeitos.

No que diz respeito às modificações sofridas pelo colégio, a minha pesquisa permitiu identificar uma intensa movimentação do alunado no interior do espaço escolar já a partir dos anos sessenta, com a transferência significativa dos filhos de algumas das famílias mais privilegiadas para a rede particular, em especial para as escolas que ofereciam uma formação “internacional” e “moderna”, ao mesmo tempo em que novos grupos passavam a se utilizar do colégio, alterando a configuração de sua clientela.

³⁵ Ver, por exemplo XAVIER, RIBEIRO e NORONHA (1994).

Tal movimentação está associada, por um lado, à complexificação da estrutura social da cidade advinda com o crescimento econômico e o resultante adensamento populacional e, por outro lado, à reorganização da oferta escolar com a progressiva sofisticação da rede de escolas privadas instalada no município.

Foram essas mudanças profundamente interrelacionadas que permitiram e incentivaram uma reorganização da relação das famílias da cidade com essa escola específica, modificando uma cumplicidade que havia mantido Culto à Ciência numa posição dominante em relação às outras escolas da cidade. Num tal contexto, a reforma administrativa de 1971 viria apenas apressar e concluir um processo iniciado havia pelo menos uma década.

A lógica subjacente às escolhas escolares das famílias só pode ser apreendida se considerarmos a dupla função da escola: não apenas a de produção de força de trabalho que atenda às demandas específicas do espaço de produção econômica mas também a de produção de agentes socialmente inseridos, em conformidade com as expectativas de seu grupo familiar (Bourdieu e Boltanski, 1977). É nesse sentido que as escolhas familiares em matéria da escolarização dos seus filhos tornam-se compreensíveis apenas quando relacionadas com a história dos grupos sociais a que pertencem essas famílias e cujos traços mais gerais podem ser apreendidos pela análise das transformações da estrutura social da cidade de Campinas a partir dos anos sessenta.

2. Os efeitos da industrialização

A complexificação do espaço econômico da cidade, iniciada com o processo de industrialização nacional na década de 50, intensificou-se nas duas décadas seguintes como consequência direta da desconcentração industrial relativa ocorrida após a expansão produtiva da região metropolitana de São Paulo. A modernização e tecnificação da agricultura na região acabou gerando um forte segmento industrial agroprocessador e levou à instalação de grandes empresas de capital estrangeiro no município e seu entorno. Esse processo foi impulsionado ainda mais pela inclusão da região nos benefícios do Proálcool em 1975. A isso, seguiram-se investimentos governamentais que resultaram na

implantação do pólo petroquímico de Paulínia³⁶, na criação da Unicamp, e de vários institutos de pesquisa e empresas do setor de telecomunicações e microeletrônica³⁷.

Foi crescente o assalariamento e a urbanização da mão de obra agrícola, sendo que em 1970 o grau de urbanização do município apresentava-se em 84,4% (alto em relação à média estadual de 62,8%), com 58,9% de sua população economicamente ativa distribuída no setor terciário, 34,7% no secundário e apenas 6,4% no setor primário (Baeninger, 1996).

Os esforços do poder público para transformar Campinas em pólo industrial envolveram, entretanto, não apenas incentivos tributários e outros benefícios, como doações de terrenos, por exemplo, que viabilizassem a ampliação deste setor, mas também o estímulo à migração visando atender à demanda real de mão-de-obra. A imagem de cidade capaz de oferecer ótima qualidade de vida a seus habitantes, apoiada por bons indicadores sociais como saúde, educação, taxa de mortalidade infantil, habitação, etc, mantivera-se razoavelmente intacta até esta etapa do processo de desenvolvimento econômico e servia como chamariz, desviando de certa forma o fluxo migratório rumo à capital.

Dos 333.981 habitantes, em 1970, 52,6% eram não-naturais do município, contra 43% dos 183.684 recenseados em 1960 chegando a 61% de uma população de 664 mil pessoas - já com uma população favelada estimada em 44.815 - em 1980. Do contingente chegado a Campinas na década de 70, 41% não apresentava nenhum grau de instrução escolar e 32% apresentava apenas o primário/elementar, atraídos pela expansão do “setor informal”. Ao mesmo tempo, as demandas da moderna estrutura produtiva e do aquecido setor terciário reforçaram o aumento da população de profissionais liberais de várias modalidades, engrossando a classe média e produzindo uma estrutura social complexa e diferenciada. Segundo dados do IBGE, em 1980, 71,5% da população com curso superior era formada por não-campineiros. (Baeninger, 1996)

³⁶ Município que desmembrou-se de Campinas em 1964.

³⁷ Ver Baeninger, Espaço e tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista, 1996.

Os altos índices de crescimento populacional determinaram uma nova etapa de crescimento físico da cidade.

O processo de urbanização no início da segunda metade do século era razoavelmente controlado pela administração municipal e obedecia às normas definidas no Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, que consistia na ampliação do primeiro projeto de urbanização da cidade, conhecido como Plano Prestes Maia.

Como afirma Badaró (1996), a partir do Plano original, que começou a ser elaborado em 1934, a tendência de urbanismo positivo-ilustrado que se implantou em Campinas se baseava no atendimento às demandas operativas da cidade, pretendendo-se também agente civilizatório. A partir deste postulado, então, o plano disciplinava a direção do crescimento (pela incorporação de novas áreas às já urbanizadas), as características dos imóveis e as funções urbanas, criando zonas de uso e ocupação do solo. A zona comercial bem definida, os bairros divididos por categorias sócio-econômicas de seus moradores e com limites nítidos entre si, contribuíam para acentuar a idéia de ordem e de ausência de contradições³⁸.

A esta fase do processo de expansão econômica, quando pareciam integrar-se os interesses do capital industrial e do capital imobiliário, com a conivência do poder público, seguiu-se uma tendência de urbanização baseada na especulação imobiliária.

Ainda segundo Badaró (1996), contribuíam para modificar o panorama da cidade a multiplicação de espaços vazios em busca de valorização bem como a desvalorização residencial de algumas regiões centrais e o aparecimento de cortiços, a verticalização das áreas já urbanizadas, incorporação dos antigos bairros operários e o surgimento de novas vilas e loteamentos para as famílias de baixa renda, cada vez mais distantes, além das primeiras favelas⁵.

As alterações ocorridas no espaço escolar, coerentes com o novo tipo de demanda gerado pela transformação física, econômica e social da cidade, processaram-se

³⁸ Sobre o Plano Prestes Maia e desenvolvimento urbano em Campinas ver Badaró, Campinas: O despertar da modernidade, 1996.

⁵ Ver Badaró, op. Cit., 1996 e também Semeghini, Campinas (1960-1980): Agricultura, Indústria e Urbanização, 1988.

em vários sentidos. Houve uma significativa ampliação da Rede Pública, com a instalação de várias escolas, principalmente Grupos Escolares, nos bairros proletários mais afastados, alteração do perfil do alunado dos colégios públicos e particulares mais antigos e a fundação de duas escolas de elite, seletivas particularmente quanto ao perfil econômico de sua clientela, erguidas em pontos distantes do Centro, mas na direção “certa”, ou seja, próximas ao eixo com maior tendência de valorização imobiliária.

Aos diversos grupos sociais, frente a um espaço social e econômico relativamente flexível, surgiam possibilidades de organização, negociação e inserção dependendo de sua capacidade de investimento e do tipo de capital de que dispunham. A escolarização dos filhos, como momento privilegiado para a construção de diferenças sociais, constituía um dos territórios importantes onde se negociava essas novas possibilidades.

A ampliação do espaço da escolarização possível conferiu um novo movimento ao fluxo entre famílias e escolas, na medida que propunha novas formas de ajuste entre a experiência de escolarização, as visões de mundo e os projetos particulares dos diferentes tipos de famílias com algum poder de optar por um tipo determinado de escolarização para seus filhos.

O aumento e a diversificação da clientela nos antigos redutos educacionais dos grupos privilegiados desencadearam, em contrapartida, um movimento de reorganização de investimentos educacionais no sentido de preservar ou acentuar esquemas de diferenciação social que haviam sido até então úteis para o bom posicionamento social dos grupos dirigentes tradicionais de Campinas.

3. A constituição de uma oferta de educação “internacional” e “moderna”

Até esse período observava-se uma curiosa falta de adesão substantiva dos grupos dirigentes da cidade a algumas grandes escolas privadas fundadas ao longo do século, mesmo que entre elas estivessem instituições bastante antigas, ligadas ao desenvolvimento histórico de Campinas.

Escolas confessionais como o Liceu Salesiano (atualmente com mais de 100 anos), os institutos Imaculada e Ave Maria, o Colégio Pio XII e o Sagrado Coração de Jesus (que chegou a formar algumas gerações de moças das “boas famílias”) ou laicas, como o Colégio Rio Branco, aparentemente não atraíam os mesmos grupos sociais que os tradicionais Colégio Progresso, Culto à Ciência e Escola Normal, indicando uma clara divisão no espaço escolar da cidade⁶.

A permanência do prestígio das escolas que tradicionalmente haviam formado os filhos das elites campineiras apesar da chegada dessas novas escolas parecia indicar, então, a resistência de alguns setores dos grupos dirigentes em considerar os novos colégios e as escolas confessionais como lugar desejável para a escolarização de seus filhos. Essa situação era tomada em alguns círculos sociais como uma demonstração de extremo conservadorismo desses grupos, como indica o depoimento da mãe de uma aluna do Culto à Ciência na década de setenta³⁹. De acordo com essa mãe, os campineiros dos grupos de elite não matriculariam os seus filhos nessas escolas por serem avessos a quaisquer inovações e muito acostumados a valorizar os indícios tradicionais de competência pedagógica: disciplina rígida e exigência nos conteúdos.

Essa idéia, entretanto, é fortemente desafiada quando são fundados na cidade a Escola Americana e o Colégio Notre Dame que atraíram desde logo uma parcela importante dos grupos dirigentes.

Embora se possa afirmar que uma parte dos alunos tenha se dirigido para essas instituições devido ao insucesso no processo de seleção ou no percurso escolar iniciado no Culto à Ciência (interpretação de algumas mães de alunos do Culto à Ciência na época), sem dúvida existe uma lógica que une o sucesso dessas escolas às modificações na estrutura social da cidade. Um exame cuidadoso não deixa de mostrar que o tipo de educação oferecido por estas duas escolas era coerente com as novas necessidades com

⁶ Estas escolas nem sempre ofereciam todos os níveis de ensino. O Culto à Ciência não oferecia o curso primário, o Progresso, a esta época não oferecia o colegial. Na Escola Normal da época, por sua vez, o colegial era destinado especificamente a formar professores de vários tipos. Em vista disso, ocorria uma complementariedade de funções entre esses colégios, o que tornava comum um certo trânsito de alunos entre estas instituições.

³⁹ Entrevista realizada em Fevereiro de 2000.

que se viram confrontados esses grupos e que foram surgindo durante o processo de desenvolvimento da cidade.

A formação das elites campineiras nesse momento respondia a necessidades bastante diferentes daquelas das primeiras décadas do século XX. Ao longo do período, fazendeiros e bacharéis cederam lugar a industriais, empresários e profissionais liberais, mas ambos tinham sua posição garantida senão pelo montante de capital econômico possuído, pelo menos pelo capital social acumulado pelas suas famílias.

A instalação das multinacionais, o novo status de Campinas como cidade universitária além de centro de referência econômica e a decorrente vinda maciça de pessoas capazes de compartilhar desta parcela do espaço social, provocaram alterações nesta configuração. Assim, os reflexos do crescimento econômico por que passava o país (com a criação de novas oportunidades de inserção social) e a conseqüente complexificação do sistema produtivo da cidade fizeram com que novos grupos médios ascendentes (oriundos da própria cidade ou migrantes) pudessem pleitear posições dominantes nesse espaço.

Nessa nova situação, o sistema meritocrático garantido pelos colégios públicos tradicionais tornava-se uma ameaça à sobrevivência social dos grupos dominantes mais tradicionais da cidade. Concretamente, o sistema meritocrático que regulava a entrada nos colégios por meio de exames acadêmicos considerados altamente seletivos deixava de ser suficiente para deter a entrada, nesses espaços de socialização, dos filhos dos novos grupos (ascendentes ou estrangeiros à cidade) que também poderiam apresentar suficiente preparo escolar para enfrentar os exames.

A Escola Americana e o Colégio Notre Dame possuíam várias características comuns capazes de seduzir as famílias dos grupos dirigentes, como a seletividade econômica de sua clientela, o atendimento a famílias com uma certa homogeneidade de acesso a bens culturais (criando condições para os consequentes benefícios advindos deste tipo de convivência) e, sobretudo, ofereciam uma educação “internacional”, um importante fator de diferenciação nesse momento de ampliação de oportunidades de trabalho junto às empresas multinacionais que se multiplicavam na região. Uma formação

mais cosmopolita, tradicionalmente encarada como investimento cultural, impunha-se agora como uma importante modalidade de investimento econômico.

O ingresso nos quadros dirigentes de grandes indústrias e mesmo de constituição de parcerias, cursos de graduação e pós-graduação no exterior (que conferiam tanto prestígio social quanto profissional), alianças matrimoniais eficientes e muitas outras possibilidades, consistiriam lucros prováveis deste investimento.

Assim, a Escola Americana, fundada em 1956 por iniciativa de executivos das primeiras indústrias americanas instaladas na região, não tardou a receber seus primeiros alunos brasileiros, principalmente filhos de profissionais absorvidos por estas corporações e destinados a estágios em suas matrizes. Aos poucos, o espaço da escola, cercado por ciprestes e localizado em um local ermo na época (próximo, entretanto dos bairros Nova Campinas e Jardim das Paineiras, até hoje, uma das regiões mais valorizadas da cidade), passou a ser compartilhado por filhos de profissionais liberais prestes a ir ou recém chegados do exterior e de certos intelectuais que viam sentido neste tipo de experiência educacional.

Com estruturas organizacional e curricular idênticas às das escolas do Sistema Educacional Americano, seu objetivo era garantir uma trajetória escolar sem interrupções ou restrições legais aos filhos dos funcionários estrangeiros quando retornassem a seu país, criando entretanto empecilhos aos alunos brasileiros, que recebiam diplomas não reconhecidos por nosso Sistema Educacional.

Aparentemente, esta limitação não desencorajava várias famílias com poder aquisitivo suficiente para arcar com um investimento educacional em dólares e muitas vezes superior ao da média das escolas nacionais.

No entanto, as modificações na cidade cidade que acabamos de mencionar acabaram por estimular a criação de um Programa Brasileiro que oferece a opção por um currículo reconhecido nos dois países, não por acaso criado em 1982, um momento em que a procura de vagas por parte de famílias campineiras deixa de ser considerada uma anomalia e passa a ser vista como regra⁷.

⁷Informações fornecidas pela Assessoria de Marketing da Escola Americana de Campinas.

A fundação do Colégio Notre Dame, por sua vez, revela outras dimensões da complexificação da estrutura social da cidade. Fundado em 1962 por irmãos da Congregação de Santa Cruz sediada nos Estados Unidos, definida na nota introdutória da agenda oficial da escola como “entidade que visa atender o social em vários níveis”, um de seus reflexos, o Notre Dame (segundo a mesma nota), iniciou suas atividades em uma pequena casa no Distrito de Sousas, Campinas.

A mudança posterior para um complexo de estruturas modernas (construídas para este fim), situada em uma área bastante valorizada de 110.000 m², deixa claro, entretanto, a dimensão do projeto de seus fundadores e o tipo de escola que idealizavam.

É provável que seus primeiros alunos tenham sido recrutados através de redes de influência, caracterizando já de início a que perfil de clientela a instituição se destinava, mas o encanto meio americano e meio francês que permeava a história da congregação e dos irmãos fundadores, além da associação possível entre as imagens do novo colégio e do prestigiado Colégio Santa Cruz de São Paulo (fundado por padres canadenses da mesma congregação), rapidamente contagiaram muitas famílias dos grupos dirigentes.

Além disto, não é possível desprezar o peso de uma proposta de educação religiosa, principalmente se ela for ao mesmo tempo moderna, sem o ranço eclesástico habitual dos colégios confessionais. E os irmãos da Congregação de Santa Cruz souberam construir com competência a imagem de uma “escola moderna”.

Os prédios lúgubres, a rigidez comportamental, a presença inevitável aos serviços religiosos e os vetustos uniformes foram substituídos por instalações amplas e ensolaradas, contatos afáveis entre as famílias, os alunos e os irmãos (sempre presentes aos eventos comemorativos, conversando, jogando baseball ou futebol americano ...) e pelo estilo “college” dos blusões e mini-saias de tecido xadrez (muito diferentes do padrão “dois dedos acima do joelho”), imprimindo um ar de “novos tempos” à escolarização das elites campineiras.

Aos filhos das famílias com disponibilidade econômica para arcar com os altos custos das mensalidades, transporte, uniformes, etc, era oferecido um ensino que se diferenciava pelo tamanho reduzido das turmas, pelo regime de semi-internato (das 7:30 h às 15:15 h) e pelo corpo docente multinacional, composto por professores conhecidos,

recrutados em outras escolas e por vários irmãos. O fato de morar nas dependências do colégio também permitia a estes irmãos um monitoramento razoavelmente individualizado das atividades esportivas, acadêmicas e culturais realizadas pelos alunos no decorrer da jornada escolar⁴⁰.

4. O lugar social do Colégio Estadual Culto à Ciência

O Culto à Ciência, ao contrário, se empenhava em manter sua tradicional posição no espaço escolar apoiada ainda na díade ensino forte e disciplina, por meio de mecanismos que diminuíssem o impacto que as transformações econômicas e sociais vinham imprimindo ao perfil de sua clientela.

Durante a primeira metade do século, a origem social de seus alunos era controlada, mais do que pelo rigor de seus critérios de admissão e aprovação, pelas barreiras e limites que o próprio sistema de ensino impunha à escolarização dos grupos menos favorecidos. Com a complexificação gradual do espaço social de Campinas as práticas pedagógicas que regulavam a entrada e saída de alunos do colégio não foram suficientes para deter a ampliação da base social de recrutamento dos seus alunos.

Isso, porém foi combatido com intensidade pelos grupos políticos dominantes na cidade. As próprias alterações na legislação referente à estrutura e funcionamento do ensino público, que subordinavam a dinâmica interna das escolas às decisões de órgãos setoriais como delegacias de ensino, foram razoavelmente neutralizadas pela conquista política que logrou obter a extensão ao Colégio Estadual Culto à Ciência do mesmo regime de autonomia estabelecido em 1956 para o Colégio Estadual de São Paulo.

Baseada em projeto apresentado à Assembléia Legislativa do Estado pelo deputado campineiro Marcondes Filho, a Lei no. 7817, assinada pelo governador Ademar de Barros em fevereiro de 1963, subordinava o estabelecimento diretamente à Secretaria de Educação, de forma, no entanto, relativa. A maioria das decisões de caráter didático e administrativo podia ser tomada pelos órgãos internos ao colégio, a Congregação e a Diretoria, sendo esta composta por um diretor e um vice-diretor, nomeados pelo

⁴⁰ Informações obtidas em entrevistas com ex-alunos.

governador mediante indicação da Congregação. Disposições sobre limite de alunos por classe, critérios de admissão, transferências, expulsão por falta grave ou exclusão (o antigo “jubilamento”), grade curricular, cursos e atividades paralelas e critérios próprios para a contratação de professores, por exemplo, eram prerrogativas da instituição garantidas pelo regime de autonomia⁴¹.

Justificada pela qualidade de ensino que a escola vinha oferecendo por quase um século, a autonomia conseguida pelo Culto à Ciência contribuiu para manutenção de sua imagem de espaço de competência educacional. Por isso mesmo, as mudanças no espaço social de Campinas fizeram com que a formação oferecida pelo colégio passasse a ser disputada, agora, por segmentos bastante diversificados. Se para alguns destes alunos a ação pedagógica exercida pelo colégio significava a garantia de reprodução das posições privilegiadas já ocupadas, para outros prometia a apropriação das condições necessárias para o acesso às posições dirigentes caracterizadas por uma alta escolarização, evidenciando as várias possibilidades de utilização da escola como fator de ascensão social.

Aparentemente, as estratégias de manutenção da antiga “meritocracia”, se não atendeu às expectativas de todos os grupos, pelo menos não decepcionou nem os novos grupos e nem uma parcela razoável das famílias dirigentes que continuariam a disputar, por algum tempo ainda, este espaço de escolarização.

Quando os formandos de 1976 ingressaram na 1a. série do curso ginásial, em 1970, o Culto à Ciência ainda era um “colégio de campineiros”. Um estudo das listas de matrícula do colégio realizado por mim, permite ver que a porcentagem de 29,6% alunos não nascidos em Campinas num total de 338 alunos não refletia os dados apontados pelo IBGE para a cidade neste ano. Por outro lado, embora deste total uma parcela pouco significativa fosse proveniente de outros países, mais de 10% do número total dos pais eram estrangeiros, contra um índice de 3% de imigrantes no município⁴².

⁴¹ “Colégio Estadual Culto à Ciência é desde ontem autônomo”, Diário do Povo, Campinas, 07/02/1963

⁴² Baeninger, op. Cit., pág 54.

O crescimento físico da cidade também não era ainda evidenciado pelos dados relativos ao bairro de procedência dos alunos. As informações recuperadas mostram que cerca de 77% vinham de áreas centrais, sendo que do restante, quase 2% provinha de zonas rurais e 21% de bairros operários antigos ou recém formados.

Estes bairros centrais, contudo, encontravam-se já bastante diferenciados: alguns deles constituíam redutos tradicionais de grupos médios e privilegiados, outros, em processo de estruturação, abrigavam os novos grupos médios ascendentes, enquanto que os mais antigos, que em outros tempos viveram seu apogeu, encontravam-se em franco declínio como zona residencial, passando a ser habitados basicamente por migrantes e imigrantes⁴³.

Constituindo-se um dos indicadores de propriedades sociais, os dados sobre bairros de origem dos alunos, na ausência de outros, permitem antever a tendência à heterogeneização da clientela do Culto à Ciência na década de setenta, consubstanciada aqui na turma de formandos de 76.

a) Propriedades sociais do conjunto de alunos

A complexificação do espaço de produção econômica em Campinas e o conseqüente aumento de posições no mercado de trabalho a exigir um diploma superior para serem ocupadas fez crescer a importância da escola sobre a família na produção de agentes aptos a desempenhar estas funções.

O acesso às posições mais privilegiadas, reguladas pela posse de diplomas superiores prestigiados, entretanto, estando estreitamente vinculado a uma boa formação escolar, pressupõe investimentos econômicos às vezes inviáveis por parte das famílias. No caso do Culto à Ciência, que prometia um ensino de qualidade e gratuito, as exigências se restringiam basicamente a investimentos pessoais, tornando-o um espaço

⁴³ Entre os vários fatores que provavelmente contribuíram para isto é possível citar a proximidade destes bairros e as estações ferroviária e rodoviária, a facilidade de acesso ao centro comercial, que aliás crescia em direção a estes bairros e o preço dos aluguéis.

desejável de escolarização dos filhos de famílias pertencentes aos mais diversos grupos sociais.

A análise das propriedades sociais dos alunos, a partir dos dados sobre ocupação dos pais permite um melhor delineamento desta configuração. Isso foi feito a partir do levantamento de informações reunidas nas listas de matrícula do período. As ocupações dos pais e mães encontradas nessa lista foram enquadradas na tabela de ocupações proposta por Nelson do Valle Silva em 1992 como um instrumento de análise da estratificação social brasileira a partir da década de sessenta.

Como testemunho da diversidade ocupacional dos pais e mães dos alunos da turma de 1976 está o fato de que foi possível encontrar ali representantes de quase todas as categorias ocupacionais citadas por Nelson do Valle Silva (1992), das mais qualificadas às menos qualificadas, em proporções razoavelmente coerentes aos dados referentes a P.E.A. (população economicamente ativa) para a cidade no período. Observa-se, contudo, que entre os grupos que mais se utilizaram da escola, ocupa lugar de destaque o dos pequenos proprietários urbanos. O significado deste dado entretanto só pode ser apreendido quando confrontado com pesquisas sobre mobilidade social ou sobre a utilização da escola como estratégia de inserção e ascensão social.

Como mostram diversos estudos, a história familiar mais comum dos profissionais que vão ocupar os novos postos de trabalho abertos pelo crescimento econômico que acompanhou a industrialização do indica uma trajetória de ascensão no interior dos grupos médios, com a transformação de grupos de proprietários, pouco instruídos, na geração dos avós, em profissionais na geração dos pais (Almeida, 1999; Grün, 1990; Romanelli, 1986). A predominância de pequenos proprietários entre os pais dos alunos da turma que se forma em 1976 no Culto à Ciência mostra que o mesmo padrão se repete ali.

No entanto, os pais pequenos proprietários dividem o colégio com um outro grupo um pouco menor de pais cuja ocupação enquadra-se nas três categorias com maiores requisitos de qualificação, incluindo escolaridade de nível superior.

Com relação à ocupação das mães, é substancial a superioridade numérica das “donas de casa”, o que não chega a surpreender, principalmente em função da época

retratada. Chama a atenção entretanto, entre as mães que “trabalham fora”, a grande porcentagem de mães professoras, principalmente entre os rapazes. Esses dados parecem corroborar a associação, já notada por outros autores, entre a mãe professora e carreiras escolares bem sucedidas dos filhos (Baudelot e Establet, 1992).

Um outro aspecto a ser considerado é que, embora sendo em sua origem um colégio masculino e tendo mantido essa imagem por muito tempo mesmo após ter se tornado misto, a turma de 1976 apresenta uma razoável superioridade do número de moças sobre o de rapazes. Comparando-se as características das famílias das moças e dos rapazes nota-se que esses últimos contam com uma maior proporção de mães professoras e de pais profissionais liberais. As famílias das mulheres, por sua vez, são, em maior proporção, compostas por pais pequenos proprietários na indústria, comércio e serviços e mães donas-de-casa.

Estes dados, embora circunscritos, parecem apoiar a idéia de que a submissão às exigências ascéticas de uma escolarização bem sucedida é mais freqüente entre as filhas do que entre os filhos dos pequenos proprietários. Nessa lógica, a dedicação dos rapazes aos estudos estaria mais associada à presença de recursos escolares mais específicos em circulação na família, como a proximidade da mãe ao espaço escolar e a maior escolaridade dos pais.

Como foi visto anteriormente, entretanto, a manutenção da imagem do colégio como “escola de elite” esteve relacionada à sua capacidade de controle da origem, basicamente no que se refere às propriedades culturais, mas principalmente da interferência no destino de sua clientela. Foi visto da mesma maneira que o controle da origem dos alunos por meio do exame de seleção deixara, na década de setenta, de ser suficiente para garantir a homogeneidade social dos alunos. No entanto, o colégio continuava a impor determinadas estratégias de separação que vão tentar eufemizar a ameaça representada pela diversidade dos alunos para algumas famílias. Apesar disso, nesse período ele ainda consegue responder aos anseios por uma boa educação advindos de grupos variados.

b) Anatomia da experiência escolar

O lugar de cada um

Ao que parece, uma prática ancestral do colégio continuava a ser vista, ainda na década de setenta, como elemento fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem: a classificação e ordenação de alunos por desempenho, buscando a formação de classes homogêneas⁴⁴.

Os exames de seleção não eram os únicos, mas apenas os mais bruscos e visíveis dos mecanismos reguladores que compunham a rotina escolar do Culto à Ciência. Uma vez admitido o aluno era alocado em períodos e classes, sempre segundo o critério de desempenho. Assim, as classes A (do matutino ou da tarde) de cada ano reuniam os alunos com melhor desempenho e as J (do vespertino ou noturno), por exemplo, os alunos com maiores dificuldades. Como essas classes eram divididas em dois períodos⁴⁵, tanto para o ginásio quanto para o colegial (matutino e vespertino para o primeiro e tarde e noturno para o segundo), muitas vezes isto significava atividades e professores diferentes, menos gabaritados ou mais inexperientes. O toque liberal advinha da possibilidade de acesso, a cada princípio de ano, a uma classe melhor posicionada, ou mesmo a outro período, na existência de vagas. Não existia o descenso de períodos (dos diurnos, mais valorizados, para os noturnos), sendo a permanência do aluno em um determinado horário considerada direito adquirido, a partir da primeira matrícula.

A redistribuição da rede física e outras determinações da reforma escolar de 1975, principalmente a criação do curso primário, impuseram mudanças na estrutura organizacional da escola, afetando os princípios que a norteavam. A necessidade de reorganização do espaço físico para abrigar as novas classes de 1ª a 4ª séries obrigou que as classes do novo 2º grau funcionassem em menor número, em cada um dos períodos.

⁴⁴ Bastante difundida nos meios pedagógicos da época, tal prática—é bastante coerente com a Doutrina Positivista preconizada por muitos dos membros fundadores do colégio.

⁴⁵ Cada segmento funcionava em dois turnos: as classes do curso ginásial eram distribuídas entre o período da manhã e o vespertino (das 16:20 às 20:50) e as do curso colegial entre os períodos da tarde e noturno, de forma a minimizar o contato entre os dois segmentos.

Assim, a turma de 76 foi distribuída em três classes no período da manhã, uma à tarde, uma no vespertino e quatro no noturno, ainda segundo o critério de desempenho, garantindo a prioridade dos antigos alunos frente à disponibilidade de vagas.

O maior número de classes de 3º ano noturno, entretanto, além de atender à necessidade de otimização do uso do espaço, vinha ao encontro de uma demanda específica de muitos formandos que, disputando vagas nos cursos e universidades mais valorizadas, optavam por concluir sua formação à noite, reservando o dia para os cursinhos pré-vestibulares e os estudos. Como as novas regras permitiram a migração de alunos do noturno para o diurno, as vagas remanescentes naquele período foram preenchidas de acordo com as novas diretrizes da Secretaria de Educação, isto é, segundo o critério de zoneamento. Chama a atenção, entretanto, na análise da lista de matrículas, que esses novos alunos foram alocados, em sua totalidade em duas classes, E e F do noturno, juntamente com os alunos reprovados no ano anterior, sendo as outras duas, G e H, destinadas aos alunos aprovados e aos transferidos da manhã, ambas funcionando com mais de 45 estudantes.

Também atendendo a dispositivos legais, só que agora da lei 5692/71, de Diretrizes e Bases da Educação, uma das classes de 3º ano da manhã oferecia, em caráter eletivo, ensino profissionalizante (no caso de “formação” técnica em Turismo), tornado obrigatório para a turma que em 1976 ingressou no 1º ano do 2º grau.

Neste momento o Culto à Ciência curvava-se às determinações oficiais, sem contudo deixar de empreender uma tentativa de resistência: buscava ao máximo ordenar o caos, pela manutenção da tradição e da diferenciação de seus alunos.

Currículo e avaliação

A turma de 1976 cursou um currículo que permanecera inalterado por pelo menos duas décadas, a não ser pela inserção da disciplina Educação Moral e Cívica, algum tempo depois do golpe militar. Para o Ginásio eram oferecidas: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Desenho Artístico (até a 3ª série), Desenho Geométrico (na 4ª), Francês e Inglês (3ª e 4ª séries), Artes (para as meninas culinária,

costura e artesanato, para os meninos marcenaria, mecânica e eletrônica), Educação Física e Educação Moral e Cívica.

Já a grade curricular do colegial incluía: Português (dividido em aulas de Literatura e Gramática)⁴⁶, Matemática, Física, Química e Biologia (aulas de laboratório até o 2º ano), Desenho Geométrico e Francês (até o 2º ano), Filosofia (2º ano), História, Geografia, Inglês, Organização social e política do Brasil e Educação Física, caracterizando para o 3º ano uma orientação mais preparatória, bastante diferente da que começaria a ser implantada logo a seguir⁴⁷.

Eram oferecidos também cursos opcionais de datilografia, taquigrafia e música (instrumentos e fanfarra), além da possibilidade de vinculação do aluno às equipes que representavam o colégio em várias modalidades esportivas, cada uma com seu programa diferenciado de treinamento.

Quanto à metodologia de ensino, a análise de trechos da obra “Preceitos Escolares Collecionados especialmente para o Collegio Culto à Sciencia” escrita por Jorge Miranda em 1876⁴⁸, mostra que os preceitos e recursos utilizados permaneceram conservados: Do incentivo ao uso do quadro negro (a “grande pedra”) à atenção especial dada à postura corporal do aluno, cuja “ mão sobre a mesa e a penna, lapis ou estylete deve ser muito bem cuidada”⁴⁹.

⁴⁶ Na época não era dada nenhuma ênfase especial à redação. Era avaliado, por exemplo, a coerência na resposta de uma prova de Literatura, mas a prática pedagógica não se voltava ao desenvolvimento da habilidade de produção escrita. O Colégio Progresso, ao contrário, muito antes disso, elegera tal habilidade como aspecto fundamental de sua formação: já a partir da alfabetização o aluno era requisitado a elaborar narrativas, dissertações, reportagens, poemas, enfim, diversas atividades voltadas ao desenvolvimento da livre expressão escrita. A turma de 1976, no entanto, prestou o primeiro vestibular da FUVEST, que incluía redação e questões dissertativas na 2ª fase.

⁴⁷ O parecer 2943/75 promoveu alterações no currículo já em 1976, para a turma que ingressava no 1º ano do 2º grau. A título de exemplo, segue o currículo do curso Habilitação Parcial- Auxiliar de Patologia Clínica : 1º ano - núcleo comum (disciplinas do currículo antigo), 2º ano- núcleo comum, parte diversificada e disciplinas profissionalizantes (História, Geografia, EMC, Técnica em Redação, Química e Biologia e Matemática aplicadas, Noções de Anatomia, Ciências e Programas de Saúde, Inglês, Fundamentos e Biologia Celular), 3º ano- parte diversificada e disciplinas profissionalizantes (Técnica de Redação, Bioquímica, Física e Química aplicadas, Noções de Anatomia e Fisiol., Fundamentos, Microbiologia e Parasitologia). As três disciplinas com maior carga horária são: Téc. de Redação, Noções de Anat. e Fisiol. e Fundamentos.

⁴⁸ LAPA, José Roberto do Amaral (1996), “Campinas: Os cantos e os Antros: 1850-1900”, SP: Edusp, p.163-182.

⁴⁹ LAPA (1996), op.cit., p.174.

Segundo o historiador Amaral Lapa, já na época invocava-se o modelo americano para defender o sensorial, isto é, antes dos conceitos apreender a realidade, procurando conferir pragmatismo àquele ensino. Para que a realidade pudesse ser melhor conhecida e usada, era preciso que esta fosse aprendida através do olhar e do contato direto com os objetos, prestando-se para tanto o Museo Escholar. Este museu acabou se desdobrando nos três laboratórios de física, química e biologia e na sala de geografia, com mapas e maquetes, que continuavam a ser utilizados em 1976.

O controle dos hábitos e da intensidade dos estudos era de exclusiva responsabilidade dos alunos e de suas famílias, que acompanhavam, pela caderneta escolar as médias finais de cada bimestre⁵⁰.

A concepção de aprendizagem envolvia a aquisição e sobretudo a memorização de conteúdos, avaliada através de duas provas escritas por bimestre, ou em alguns casos, também por uma prova oral em que eram “tomados os pontos”. A realização de leituras ou exercícios de casa não eram avaliadas, ficando vinculadas ao interesse e responsabilidade de cada um.

A aprovação direta dependia da obtenção de no mínimo 50 pontos, resumidos na fórmula $(7 \times 1) + (7 \times 2) + (7 \times 2) + (7.5 \times 2)$, onde os primeiros números entre parênteses representam as médias bimestrais e os segundos os pesos relativos de cada bimestre.

Não obtido o resultado mínimo, o aluno realizava um exame, que incluía todo o conteúdo ministrado. Se ainda não aprovado, o aluno era submetido aos exames de 2ª época, realizados um pouco antes do início do próximo ano letivo, sendo que a não obtenção da nota necessária significava reprovação.

Em 1976 passou a vigorar para todas as turmas o novo sistema de avaliação: os conceitos substituíram as notas, às médias bimestrais foi acrescentado o 5º conceito e foi instituída a recuperação. Segundo depoimento de antigos professores tal sistema tornou

⁵⁰ Não obstante, a importância dos estudos era frequentemente lembrada, quando, a cada 2ª feira, na cerimônia de hasteamento da bandeira, era cantado, em seguida ao hino nacional, o hino do Colégio. Sua primeira estrofe avisa: “Sendo aluno do Culto à Ciência, meu dever se resume no estudo. Se o cumprir trago em paz a consciência, sou feliz e na vida isto é tudo”.

impossível controlar o nível de aprendizagem dos alunos aprovados, impressão compartilhada também por estes, em entrevista⁵¹.

Construindo corpos e mentes

A disciplina era a pedra lapidar sobre a qual se apoiava a formação oferecida pelo Culto à Ciência. Da postura corporal, dentro e fora da sala de aula, ao respeito aos agentes e às normas institucionais, tudo era controlado.

Na entrada da escola inspetores verificavam o uso do uniforme completo e atrasos raramente eram tolerados. Ao entrar em sala, o professor encontrava todos os alunos sentados, levantando-se depois para recebê-lo, transcorrendo a aula num ambiente de quase total silêncio. A permanência na escola era controlada pelo sistema de recolhimento e retenção das cadernetas, entregues momentos antes do final do período e a presença às aulas fiscalizada pelos inspetores, que circulavam constantemente pelas dependências do colégio. Ausências, advertências e suspensões eram anotadas nas cadernetas que, esperava-se, fossem conferidas sistematicamente pelos pais. Três suspensões significavam expulsão, mas isso raramente se verificava.

A firmeza disciplinar também permeava um outro componente importantíssimo da proposta educacional do Culto à Ciência: a Educação Física⁵². Se cabia ao ensino forte e rigoroso a formação do intelecto dos alunos, a ela cabia a formação de seus corpos e espíritos.

Obrigatória para todos os alunos (menos para o colegial noturno), além do físico visava o desenvolvimento moral pela veiculação sistemática de valores: o papel do esforço pessoal na conquista de objetivos, a importância do trabalho em equipe, a necessidade de superação dos limites, os efeitos nocivos da negligência e da preguiça.

⁵¹Nestas entrevistas, realizadas em Fevereiro e Março de 2000, ex-professores e ex-alunos expressaram a mesma impressão: após a reforma, a repetência de alunos tornou-se impossível. Os primeiros lamentaram o fato, por acreditar ser este o principal fator para a queda da qualidade de ensino. Os segundos afirmaram que embora concordassem com a opinião dos professores, nunca a sua vida no colégio havia sido tão fácil.

⁵² A importância e a influência do Departamento de Educação Física no colégio é corroborada por fatos recentes. Partiu de seus membros a iniciativa de realização da festa dos 125 Anos, bem como a do Projeto 2000. Além disto, muitos destes professores ocupam lugar de destaque nos cursos de Educação Física da PUCCAMP e da UNICAMP, tendo inclusive participado na criação deste último, coordenado atualmente pelo prof. Dr. João Tojal, ex-Culto à Ciência. Em seu quadro de professores também figuram alguns ex-alunos.

Esses são alguns exemplos que ilustram a concepção de homem que subsidiava a proposta educacional do colégio.

Este processo era intensificado para os atletas que participavam das seleções esportivas, fato considerado como um certo triunfo acadêmico.

A realização e a participação em eventos esportivos aparecem na história do colégio desde sua fundação e os sucessos obtidos acabaram colocando o Culto à Ciência em posição de destaque no esporte amador estadual e até mesmo nacional, chegando alguns de seus atletas a compor os quadros da Seleção Brasileira em suas modalidades⁵³. Além disto, a presença de seus times nos campeonatos era um elemento importante para a divulgação da imagem de excelência do colégio: bons atletas, já que a maioria pertencia também aos times de clubes campineiros, estes adolescentes bonitos e bem nutridos, trajando a última moda em uniformes esportivos feitos especialmente para o Culto à Ciência, além dos tênis e demais equipamentos importados formavam um conjunto que causava impacto, deixando claro que aquele não era um colégio como os outros

Tendo um nome a zelar, os treinadores eram bastante exigentes quanto à seleção e ao aprimoramento dos atletas, que deveriam retribuir com dedicação e disciplina.

Apesar disto, o pertencimento às equipes esportivas constituía-se uma importante estratégia de diferenciação no interior da instituição pelo efeito de consagração daí advindo, tornando-o bastante desejado. Um outro fator importante é que muitas alianças, decorrentes do tipo de convivência proporcionada pela rotina dos treinamentos e participação nos campeonatos, se estendiam ao exterior do colégio possibilitando uma interação mais “íntima” entre grupos distintos, objetivada em acesso à convivência familiar, convites para clubes, festas e viagens, entre outras coisas. Esta relação de proximidade, dificilmente viabilizada por outras práticas institucionais, consistia então uma importante estratégia de ampliação de capital social.

Se essas práticas, já na época consideradas ultrapassadas, eram eficientes na formação do perfil tradicional de aluno do Culto à Ciência, muito do seu sucesso era devido ao tempo de permanência do aluno no colégio. Sendo admitido com cerca de dez

ou onze anos, o aluno era desde cedo impregnado pelas idéias, valores e normas ali vigentes, internalizando-as como suas. O rigor e a disciplina, vistos como fundamentais para sua vida futura, eram naturais, avaliados com complacência pelos alunos, muitos sentindo-se beneficiados por este tipo de formação.

Ao que tudo indica, portanto, é exatamente a forma como é implementada a eficiência educacional do Culto à Ciência, particularmente o seu apego a práticas que passam a ser julgadas como tradicionalistas e conservadoras, que vai progressivamente inviabilizá-lo como espaço desejável de escolarização para as famílias dirigentes de Campinas, interessadas em acompanhar os ventos modernos que sopram na sua cidade.

Sendo tradicional demais, o Colégio deixara de atender às expectativas de uma parte de sua antiga clientela, obrigado a abandonar sua tradição, deixava de atender os que a ela desejavam, isto é, os filhos das famílias menos escolarizadas e ocupando postos de trabalho mais modestos que vinham se beneficiando da disciplina rígida e do ensino forte oferecidos por um colégio público e gratuito.

⁵³ Como a mídia e a população em geral, na época davam pouca ou nenhuma atenção a outros esportes que não o futebol, esses atletas foram esquecidos. A nova fase do esporte nacional, entretanto, permitiu que se tornasse famosa a ex-aluna Vera Mossa, membro da seleção brasileira de vôlei e filha do ex-professor Carlos Mossa.

Conclusão

O objeto de estudo desta pesquisa não é simplesmente um dos colégios da cidade de Campinas, mas sim “o” colégio, no sentido de que nenhuma outra instituição escolar nesta cidade teve a mesma força simbólica e foi internalizado de forma tão arquetípica, permanecendo no imaginário da população por tantas gerações.

Essa pesquisa procurou mostrar que a posição ocupada por esse colégio nas mentes e nos corações dos campineiros é melhor compreendida se pensarmos o colégio como um símbolo da proeminência campineira e, por extensão, paulista, que as lutas travadas pelos republicanos, em torno da campanha republicana, buscavam consolidar.

Fundado por e para as elites dirigentes das últimas décadas do século XIX, em sua maioria componentes da oligarquia cafeeira, o colégio foi símbolo da Campinas republicana e teve sua imagem ligada à propaganda e ao posterior sucesso dos militantes republicanos responsáveis por sua idealização, construção e direção por quase trinta anos. Como tal, usufruiu dos louros quando muitos de seus cidadãos passaram a ocupar lugar de destaque na nova ordem nacional.

Consagrado como espaço de formação das elites dirigentes, o Culto à Ciência manteve sua imagem preservada por quase um século. No entanto, os anos setenta encontram o colégio num processo intenso de transformações. A partir desse período, o Culto à Ciência perde a sua liderança na hierarquia escolar da cidade. Apesar de continuar funcionando e atendendo centenas de jovens que se utilizam da escola pública em busca de uma formação que lhes garanta alguma perspectiva de inserção no mercado de trabalho, muitos dos quais ainda chegam ali atraídos pela aura que sempre cercou o colégio, percebe-se que ele deixa de cumprir as promessas que o fizeram único: construir nos alunos uma competência capaz de prepará-los para as mais duras exigências do sistema de ensino. O Culto à Ciência não se destaca mais no cenário da cidade quanto ao número de alunos que são bem sucedidos nos vestibulares prestigiados, nem quanto ao destino social de seus ex-alunos. O colégio deixou de ser um espaço desejado e disputado de construção de competência escolar, capaz de produzir ou reproduzir os elementos de diferenciação que garantem o acesso às posições mais valorizadas da hierarquia social.

Os fatores que concorreram para esta transformação se articulam de forma complexa. Ao que tudo indica, as modificações na estrutura social e no espaço escolar da cidade parecem ter influído de forma decisiva no abandono do colégio pelos grupos dirigentes. As palavras-chave «disciplina» e «ensino forte» que tanto contribuíram para a consagração da primazia secular do Colégio Culto à Ciência durante este século eram utilizadas nesse momento como indicadores de um tradicionalismo tacanho e um conservadorismo provinciano.

A cidade se constituía agora polo industrial, centro de referência da pesquisa tecnológica e da produção de conhecimento, com suas duas importantes universidades. Se no início do século Campinas, identificada com o Estado de São Paulo buscava firmar-se frente à Nação, agora, já nacionalmente reconhecida, buscava projeção internacional. As famílias dos grupos dirigentes, tradicionais usuárias do colégio migram em direção a propostas educativas mais «modernas» apresentadas por escolas privadas vinham de se instalar na cidade.

Coincidindo com o êxodo parcial de sua antiga clientela, ocorre a entrada alunos pertencentes a grupos sociais em mobilidade ascendente, muitos deles oriundos de famílias recém chegadas. O alunado se altera dramaticamente. A análise da configuração social da turma de 1976 mostra que já nesse momento o colégio era compartilhado por diferentes grupos sociais que foram atraídos e acolhidos por esta escola pública, buscando uma formação de qualidade.

Uma vez relegado à formação de grupos mais dominados ainda que em processo de ascensão social, o Culto à Ciência perde a capacidade de conter o ímpeto transformador da reforma educacional da década de setenta. Nesse contexto, a reforma vem concretizar de fato a mudança do lugar social do colégio que já pode ser antevista desde meados da década de sessenta.

As modificações determinadas pela reforma, particularmente as que afetaram a estrutura pedagógica (alteração da estrutura curricular e do quadro de professores, por exemplo), provavelmente frustraram muitos dos projetos dessa nova clientela, que não recebeu a formação que lhe havia sido prometida.

A análise das transformações por que passou o Colégio Culto à Ciência de Campinas oferece, a meu ver, a possibilidade de se compreender alguns elementos dos complexos processos que têm impedido que a escola pública brasileira possa atender de fato aos grupos menos privilegiados nas suas demandas por uma escolarização de qualidade.

Tal história também mostra, no mesmo movimento, tanto a força dos grupos dominantes em reservar para si próprios espaços de produção da competência escolar no interior do sistema de ensino, quanto a impotência dos grupos mais dominados em garantir uma utilização da escola que lhes permita uma melhor inserção social.

A utilização da boa escola só tem sido permitida a esses últimos em situações temporárias e de exceção, quando, por exemplo, como mostra também a análise do Culto à Ciência, os grupos dominantes são, inadvertidamente, obrigados a aceitá-los nos seus redutos. E ela cessa assim que esses conseguem encontrar uma outra alternativa de escolarização para seus filhos. O estudo mostra que nisso os grupos mais privilegiados têm sido bastante auxiliados pela escola privada.

Tudo isso pede por uma agenda de pesquisa que contemple de fato as articulações entre as diferentes instituições escolares que compõem o sistema de ensino nacional. No que diz respeito mais diretamente a Campinas, essa agenda poderia ser materializada por uma investigação sobre a produção do seu espaço de ensino superior, não por acaso compartilhado no momento da sua instituição, por uma universidade privada (a PUCCamp) e uma pública (a UNICAMP).

Nesse sentido, a relevância imediata do estudo do Culto à Ciência, num momento em que se discute o destino da universidade pública brasileira, reside a meu ver principalmente na sua capacidade de levantar questões sobre os efeitos, para a estrutura de dominação social, do lugar atribuído à escola pública na sociedade brasileira. A partir dele é possível se perguntar muito concretamente se não estaremos assistindo, agora no âmbito da universidade, uma reedição do processo que retirou do Culto à Ciência a possibilidade de se impor também como uma escola pública de qualidade para os grupos mais desfavorecidos.

Bibliografia

- AFFONSO, Cleide M. de Lucca e PINTO, Maria Nívea (1986), *Culto à Ciência, Cento e Treze Anos a Serviço da Cultura*, Campinas, sem editora.
- ALENCAR, F. et al. (1981), *História da Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro: Livro Técnico.
- ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de (1999), *A Escola dos Dirigentes Paulistas*, Tese de Doutorado: F.E., UNICAMP.
- BADARÓ, Ricardo de S. Campos (1996), *Campinas: o Despertar da Modernidade*, Campinas: Área de Publicações CMU-UNICAMP
- BAENINGER, Rosana (1996), *Espaço e tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do Pólo Industrial Paulista*, Campinas: CMU UNICAMP
- BARBOSA, Irene M. Ferreira (1997), *Enfrentando Preconceitos*, Campinas: CMU UNICAMP
- BARRETO, Paulo Sérgio (1994), *O caracol e o Caramujo: Artistas e Cia na Cidade*, Dissertação de Mestrado, IFCH UNICAMP
- BAUDELLOT, Christian et ESTABLET, Roger (1992), *Allez les filles*, Paris:Seuil
- BOURDIEU, Pierre (Direção) (1997), *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Editora Vozes.
- BOURDIEU, Pierre (1989) [1977], “Sobre o Poder Simbólico”, in *O Poder Simbólico*, Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *La Noblesse d'Etat : Grandes écoles et esprit de corps*, Paris: Les Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1992) [1967], "Sistemas de educação e sistemas of pensamento", *A Economia Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 3a. ed. [Sérgio Micelli, ed.]

- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1982), *A Reprodução*, São Paulo, Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre et BOLTANSKI, (1977) [1973], "Changes in the Social Structure and Changes in the Demand for Education" in pp. 197-227, *Contemporary Europe: Social Structures and Cultural Patterns*, London: Routledge and Kegan Paul, dirigé par Scott Giner e Margaret Archer..
- CANÊDO, Leticia Bicalho (1999), "Rites, symboles et allégories dans l'exercice professionnel de la politique" in vol.38 n° 02 pp. 249-271, *Information sur les Sciences Sociales*, Londres, Thousand Oaks, CA e New Delhi: SAGE Publications
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro (1982), *A Universidade da Comunhão Paulista*, São Paulo: Cortez.
- CARVALHO, José Murilo de (1987), *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo de (1980), *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro: Campus.
- CARVALHO, José Murilo de (1990), *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.
- COOKSON, Peter W. et PERSELL, Caroline H.(1985), trad. por ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de, *Internatos Americanos e Ingleses: um estudo comparativo sobre a reprodução das elites*, xerox
- CURY, Carlos Roberto Jamil (1991), "Alguns Apontamentos em Torno da Expansão e da Qualidade do Ensino Médio no Brasil", *Cadernos CEDES* 25: 45-62.
- DELSAUT, Yvette (1988), "Carnets de Socioanalyse-2, Une photo de classe", *Actes de la Recherche*, n° 75, pp. 83-97.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR, (1991), vol. V, X, XIV e XVII
- FAGUER, Jean-Pierre (1991), "Les effets d'une 'éducation totale' - un collègue jesuite, 1960", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 86/87.

- FAORO, Raymundo (1987, *Os Donos do Poder - formação do patronato brasileiro*, Rio de Janeiro, Globo.
- FAUSTO, Boris (2000) *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP.
- FAUSTO, Boris (Direção)(1975) Tomo III, *O Brasil Republicano – 1º Volume, Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930)*, São Paulo, DIFEL.
- GLEZER, Raquel (1992), *Chão de Terra: um estudo sobre São Paulo colonial*, Tese de Livre-docência, USP
- GRUN, Roberto (1990), *A Revolução dos Gerentes Brasileiros*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- HOBBSAWM, Eric (1998), *Sobre História*, São Paulo: Cia. Das Letras
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1994) [1936], *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- LAPA, José R. do Amaral (1996), *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850 - 1900*, São Paulo, Ed. da USP.
- LESSA, Renato (1999), *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*, Rio de Janeiro: Topbooks
- LIMA, Sandra L. Lopes (1986), *O Oeste Paulista e a República*, São Paulo: Vértice.
- LOPES, Elaine M. S. Texeira (1981), *Origens da Educação Pública: A Instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII*, São Paulo: Edições Loyola.
- MAIA, Tom; MAIA, Thereza R. de Camargo; SOUZA, Jonas Soares de (1995), *Ytú*, São Paulo: Expressão Editorial.
- MENDES, José de Castro (1951), *Retratos da Velha Campinas*, São Paulo: Departamento de Cultura.
- MICELI, Sérgio (1979), *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, São Paulo: Difel.
- MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas (1952), Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE

- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de (1981), *O ideário Republicano e a Educação : O Colégio Culto à Ciência de Campinas-1869 a 1892*, Dissertação de Mestrado, F.E. USP.
- NAGLE, Jorge (1974), *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio: org (1998), *Pierre Bourdieu: Escritos de Educação*, Petrópolis: Editora Vozes.
- NORONHA, O. M., RIBEIRO M. L., XAVIER M. E., (1994), *História da Educação: a Escola no Brasil*, São Paulo: FTD.
- PAULA, Carlos Francisco de (1946), *Culto à Ciência: Colégio, Ginásio e Colégio Estadual*, Monografia Histórica, Campinas
- PUPO, Celso Maria de Mello (1983), *Campinas, Município no Império*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado
- QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Sousa (1951), *Reminiscências de Campinas*, Campinas : sem editora.
- ROMANELLI, Geraldo (1986), *Famílias de Classe Média*, Tese de Doutorado, Universidade
- . SOUZA, Rosa Fátima de (1998), *O Direito à Educação: Lutas Populares pela Escola em Campinas*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- TELAROLLI, Rodolfo, (1977), *Poder Local na República Velha*, São Paulo, Ed. Nacional.
- ULHE, Águeda B. (1998), « Orosimbo Maia : Cultura e Política no final do século XIX, *Pro-posições*, vol. 9, nº1[25], pp.72-91.
- VALLE SILVA, Nélson do (1992), *Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil* (xerox).
- ZINI, S. Ângelo (1995), *Ytú: história de Itú*, Itú, SP: Ottoni

ANEXO
Pequeno Dicionário Biográfico

Américo Brasiliense de Almeida Melo

Nasceu no Rio de Janeiro em 08/08/1833, e em 1855 formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado provincial de 1858 a 1867, exercendo também o cargo de Presidente da Paraíba e do Rio de Janeiro. Com Luiz Gama e Américo de Campos fundou a Loja Maçônica América, passando a fazer propaganda abolicionista e republicana, e com Saldanha Marinho, Aristides Lobo e outros, participou da elaboração do Manifesto Republicano de 1870. Residiu em Campinas de 1870 a 1874, participando ativamente do processo de criação do Culto à Ciência, bem como de muitas outras atividades importantes para a propaganda republicana. Foi também Ministro Plenipotenciário de Estado junto ao governo de Portugal e presidente de São Paulo por poucos meses, em 1891.

Antônio Pompêo de Camargo

Fillho do proprietário de terras de mesmo nome, nasceu em Campinas no ano de 1828. Um dos pioneiros no cultivo do café, tornou-se rico proprietário urbano e rural, sendo um dos principais acionistas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Participou ativamente de diversas iniciativas voltadas ao melhoramento de Campinas, como a construção da Matriz Nova, da Santa Casa e o Jôquei Clube. Ligado tradicionalmente ao Partido Liberal do Império, chefiado por seu tio e cunhado Bonifácio do Amaral, dele afastou-se para pertencer ao Clube Liberal-Radical e posteriormente ao Clube Republicano, acompanhando seus amigos Campos Salles e Francisco Glicério. Era pai de Vitalina Pompêo de Sousa Queiróz, autora citada no início deste texto. Contava 41 anos na época da fundação da Sociedade Culto à Ciência

Bernardino de Campos

Nascido em Pouso Alegre-MG, passou sua infância e mocidade em Campinas, de onde saiu para cursar a Faculdade de Direito, formando-se em 1863. Membro fundador do Clube Radical participou da fundação do PRP, defendendo, ao contrário de seu amigo Campos Salles, uma política abertamente abolicionista. Com a queda da monarquia, foi eleito chefe de polícia em São Paulo, cargo em que se manteve até ser eleito deputado no congresso constituinte. Em 1892 foi eleito presidente de São Paulo, assinando o decreto de transferência do Culto à Ciência para o Estado.

Cândido Ferreira da Silva Camargo

Nascido em Campinas, bacharelou-se em Direito em 1863. Exerceu os cargos de Delegado de Polícia e de Juiz de Paz, sendo eleito vereador por dois mandatos. Cafeicultor em grande escala e proprietário de inúmeros imóveis na cidade, amealhou grande fortuna pessoal. Colaborou intensamente na concretização de projetos tanto de natureza cultural quanto filantrópica, como a Santa Casa de Misericórdia e especialmente o Hospital de Alienados, o Centro de Ciências, Letras e Artes e o Colégio Culto à Ciência.

Francisco Glicério de Cerqueira Leite

Nasceu em Campinas dia 15/08/1846. Com a morte do pai, em 1861, ele não ingressa na Faculdade de Direito, ao contrário de seu irmão mais velho Jorge Miranda. Trabalha como tipógrafo, professor de primeiras letras e escrevente de cartório, até obter o título de advogado provisionado, quando começa a prosperar. Ingressou no Clube Radical de São Paulo em 1867 e no Clube Republicano de Campinas em 1872. Um dos principais organizadores da Convenção de Itú, após a fundação do PRP, em 1873, assume a direção

das campanhas eleitorais para as Câmaras Municipais, Assembléia Provincial e Assembléia Geral do Império. É o único chefe político paulista presente no Rio de Janeiro na Proclamação da República. Participa ativamente da criação do Partido Republicano Federal, fundado em 1893, coordenando a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Foi Ministro da Agricultura, Deputado por São Paulo no Congresso Constituinte, Deputado Federal por três legislaturas e Senador, sendo reeleito duas vezes.

Francisco Quirino dos Santos

Nasceu na fazenda de seus pais em Campinas, em 14/07/1841. Desde cedo dedicou-se a leitura dos poetas brasileiros e portugueses. Formou-se bacharel pela Faculdade de São Paulo na turma de 1863. Exerceu a advocacia em sua terra natal até ser nomeado promotor público da Comarca de Santos. Foi deputado provincial, membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócia de quase todas as instituições culturais de São Paulo. Fundou e redigiu a *Gazeta de Campinas*. Juntamente com Rangel Pestana lançou o periódico *Lírio*, assim como *A Razão*. Dirigiu o jornal *Correio Paulistano*. Republicano convicto, deixou publicada extensa obra. Faleceu sem ver proclamada a república.

Francisco Rangel Pestana

Político e jornalista, nasceu em Iguaçú-RJ, em 26/11/1839. Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo na turma de 1863, advogando durante alguns anos. Dedicou-se, em seguida, à política, ao jornalismo e ao magistério.

Em Campinas, foi professor dos colégios Internacional e Florence. Foi um dos fundadores do jornal *A Província de São Paulo*, mais tarde o *Estado de São Paulo*. Foi deputado provincial diversas vezes, desde cedo filiado ao Partido Republicano Paulista. Participou do governo provisório, foi senador (RJ), vice-presidente e presidente do Banco da República do Brasil. Deputado federal pelo Rio de Janeiro, foi presidente do mesmo, sendo que ao morrer havia sido eleito senador por São Paulo.

João Alberto Salles

Irmão mais novo de Campos Salles, nasceu em Campinas em 24/10/1857. Em 1875 foi para os Estados Unidos com o propósito de estudar engenharia, mas acabou retornando a São Paulo, onde formou-se bacharel em direito em 1882. Iniciou-se no jornalismo ainda como estudante, tornando-se co-proprietário, em 1884, de *A Província de São Paulo*, hoje *O Estado de São Paulo*. Em 1887 escreveu seu livro *A Pátria Paulista*, onde defende idéias federalistas de cunho positivista, colocando-se à frente do movimento separatista. Eleito deputado federal por dois mandatos, abandona a política quando, em 1901 rompe relações com seu irmão, que então ocupava a presidência, insurgindo-se contra a “política dos governadores”. Foi professor do Colégio Culto à Ciência.

Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral

(Visconde de Indaiatuba)

Nasceu em Campinas no ano de 1815, filho de proprietário de terras. Era Capitão da Cavalaria da Guarda Nacional, recebendo mais tarde o grau honorífico de cavaleiro e depois oficial da Ordem Imperial da Rosa. Chefiou durante 24 anos o Partido Liberal, mantendo-o durante todo este período à frente

do governo municipal. Foi vereador em Campinas e chegou a ser nomeado um dos vice-presidentes da Província. Segundo consta, merecia a atenção especial do Imperador a quem propunha soluções para problemas do país. Rico fazendeiro, introduziu em 1852 o braço livre em sua fazenda Sete Quedas, fundando uma colônia alemã. Casou-se com sua sobrinha, irmã do também agricultor e membro da diretoria Antônio Pompeu de Camargo. Na época da fundação da Sociedade contava com 54 anos.

Joaquim Egídio de Sousa Aranha, (Marquês de Três Rios)

Nasceu em Campinas, em 13/03/1821. Foi em sua mocidade negociante de tropas, fixando-se depois como proprietário de terras na cidade. Membro do Partido Liberal, foi eleito vereador por três triênios, e deputado provincial por dois mandatos. Assinou o primeiro manifesto para a fundação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Membro da Guarda Nacional de Campinas, foi condecorado oficial da Imperial Ordem da Rosa, promovido ao posto de coronel-comandante superior da milícia. Passando a residir em São Paulo em 1876, foi nomeado segundo presidente da província, ocupando a presidência por três vezes.

Jorge Guilherme Henrique Krug

Nascido em Cassel, na Alemanha, chegou a Campinas ainda na primeira metade do século XIX. Embora receba dos historiadores locais o tratamento de Doutor, não foi possível encontrar referências sobre sua profissão ou ocupação. Homem ilustrado e amante da instrução, além do Culto à Ciência, participou da criação da Escola Alemã, ligada à Sociedade Alemã de Instrução e Leitura (da qual também foi um dos fundadores) e do Colégio Florence, de propriedade de sua

irmã Carolina Krug Florence. Pertenceu à diretoria da Sociedade até pouco antes de sua morte, em 1875, quando discursaram, à beira de sua sepultura, o dr. Manuel Ferraz de Campos Salles, do Culto à Ciência e o professor John Rockwell Smith, do Colégio Internacional.

Jorge Ludgero Cerqueira de Miranda

Nascido em Campinas e de origem bem mais humilde que seus companheiros de Sociedade, formou-se bacharel em Direito na turma de 1862. Incansável propagandista republicano, não teve a carreira política e nem a projeção de seu irmão mais novo, Francisco Glicério. Membro da diretoria da Sociedade desde sua criação, exerceu o cargo de diretor do Colégio Culto à Ciência em vários momentos de crise, sendo mais tarde, nomeado pelo governador da Província diretor do Ginásio de Campinas, em 1901. Exonerou-se um ano mais tarde para assumir as funções de Procurador Geral do Estado. Faleceu em 1903.

Manuel Ferraz de Campos Salles

Nasceu em Campinas dia 13/02/1841, filho de proprietário de terras. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo na turma de 1863, filiando-se ainda estudante ao Partido Liberal. Foi vereador e deputado provincial em 1867, logo engajando-se no movimento republicano. Foi um dos promotores da Convenção de Itú e, fundado o PRP, continuou dedicando-se à propaganda republicana. Foi reeleito à assembléia provincial em 1881 e empossado deputado geral em 1885. Integrou o primeiro ministério do Governo Provisório, deixando o posto com a demissão coletiva em 1891, ano em que foi eleito senador por São Paulo ao congresso constituinte. Apoiou a candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República, a quem iria suceder em

1898, abandonando o cargo de presidente de São Paulo. A marca de sua gestão como presidente da nação foi a implantação da chamada “política dos governadores” que garantia maior autonomia às províncias, antiga reivindicação dos cafeicultores paulistas. Terminado o período presidencial, foi reeleito senador por mais um mandato e embaixador do Brasil na Argentina. Na época da criação da Sociedade Culto à Ciência tinha 28 anos.⁵⁴

TABELA A.1
ALUNOS DA TURMA DE 1976, SEGUNDO O SEXO

Em números absolutos e em %, divididos por classe

⁵⁴ Estas informações biográficas foram colhidas em diversas fontes: Monografia Histórica de Campinas(1952), Moraes(1981), Enciclopédia Mirador e nos arquivos de pesquisa de nomes de ruas, da Biblioteca Municipal Ernesto Zink.

CLASSES	SEXO DOS ALUNOS				TOTAL Nº abs
	Feminino		Masculino		
	Nº abs	%	Nº abs	%	
3º ANO - TURISMO	26	83,9	5	16,1	31
3º ANO A - Manhã	25	55,6	20	44,4	45
3º ANO B - Manhã	34	75,6	11	24,4	45
3º ANO C - Tarde	26	61,9	16	38,1	42
3º ANO D - Vespertino	20	44,4	25	55,6	45
3º ANO E - Noturno	18	46,2	21	53,8	39
3º ANO F - Noturno	11	27,5	29	72,5	40
3º ANO G - Noturno	20	44,4	25	55,6	45
3º ANO H - Noturno	33	68,8	15	31,2	48
TOTAL	213	56,1	167	43,9	380

ANEXO

TABELA A.2
OCUPAÇÃO DOS PAIS, POR SEXO

Alunos dos períodos da manhã, tarde e vespertino, em números absolutos

OCUPAÇÃO DO PAI	SEXO DOS ALUNOS		TOTAL
	Feminino	Masculino	
1. Profissionais liberais Engenheiro, arquiteto, médico, economista, advogado, promotor, juiz	14	15	29
2. Dirigentes e administradores de alto nível Diretores de serviços públicos, administrador, chefes de seção	3	-	3
3. Profissionais Agrônomo, dentista, contador, professor de 5ª/8ª e 2º grau, militar, diretor de escola	21	12	33
4. Funções administrativas (execução) Funcionário público, assistente administrativo, representante comercial, corretor, vendedor	13	11	24
5. Não manual de rotina e funções de escritório Bancário, auxiliar administrativo, escriturário, comerciário	12	6	18
6. Proprietários (empregadores) na indústria, comércio e serviços Comerciante (empregador), industrial, marceneiro, Funileiro, mecânico, tapeceiro, outros proprietários	30	19	49
7. Empresários por conta própria Comerciante (conta própria), proprietário no serviço, autônomo	8	1	9
8. Técnicos, artistas e supervisores de trabalho manual Agrimensor, desenhista, protético, religiosos, químico, mestre de supervisor do trabalho, jornalista	7	1	8
9. Trabalhadores manuais em indústrias modernas Operário	4	5	9
10. Trabalhadores manuais em serviços em geral Motorista, cozinheiro	3	2	5
11. Trabalhadores nos serviços domésticos Servente, zelador	2	-	2
12. Proprietários (empregadores) no setor primário Agricultor, pecuarista	1	2	3
13. Produtores agrícolas autônomos Produtores agropecuários autônomos	3	1	4
14. Sem informação Falecido, aposentado	10	2	12
15. Total	131	77	208

ANEXO

TABELA A.3
OCUPAÇÃO DAS MÃES, POR SEXO

Alunos dos períodos da manhã, tarde e vespertino, em números absolutos

OCUPAÇÃO	SEXO DOS ALUNOS		TOTAL
	Feminino	Masculino	
1. Profissionais liberais Advogada	-	1	1
2. Dirigentes e administradores de alto nível Diretores e chefes de serviços públicos	1	-	1
3. Profissionais Enfermeira, assistente social, bibliotecária, pedagoga	1	4	5
4. Funções administrativas (execução) Funcionária pública, assistente administrativa	6	3	9
5. Não manual de rotina e funções de escritório Secretária, recepcionistas, escriturária, comerciária	4	1	5
6. Proprietários (empregadores) na indústria, comércio e serviços Comerciante (empregador)	-	1	1
7. Empresários por conta própria Comerciante (conta própria)	2	-	2
8. Professoras Professora s em todos os níveis	23	18	41
9. Técnicos, artistas e supervisores de trabalho manual Inspetora de alunos, decoradora	-	2	2
10. Trabalhadores nos serviços domésticos Empregada doméstica, servente	1	1	2
11. Donas de Casa	93	46	139
12. Total	131	77	208